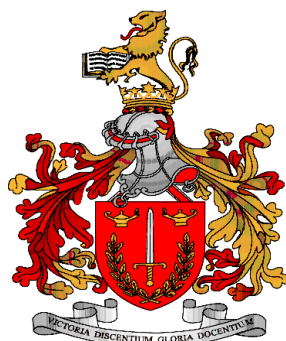


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Márcio José Batista Romana

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais e Segurança Interna

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

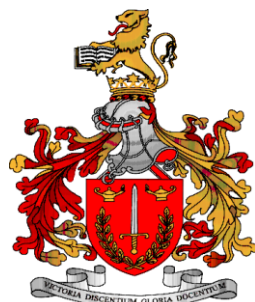
Violência Doméstica
O Peso da Avaliação de Risco
na Violência Doméstica

Orientador:

Professora Auxiliar Agregada Doutora Paula Espírito Santo

Lisboa, 24 de Abril de 2013





Estabelecimento de Ensino Instituto Superior de Ciências Policiais e
Segurança Interna

Curso XXV CFOP

Orientador Professora Auxiliar Agregada Doutora Paula
Espírito Santo

Título VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – O Peso da Avaliação de
Risco na Violência Doméstica

Autor Márcio José Batista Romana

Local de Edição Lisboa

Data de Edição Abril de 2013

Resumo

O presente estudo intitulado *Violência Doméstica – O Peso da Avaliação de Risco na Violência Doméstica* procura analisar a importância que a avaliação de risco tem na prevenção e no combate ao crime de violência doméstica. Ou seja, pretendemos saber até que ponto a avaliação de risco, implementada pela PSP no período compreendido entre 15 de Novembro de 2012 e 15 de Dezembro de 2012, veio contribuir para melhorar a eficácia policial no combate ao crime de violência doméstica e até que ponto estas medidas poderão contribuir para o cessar da revitimação da vítima deste fenómeno criminal.

A investigação realizou-se com recurso à técnica da entrevista semi-estruturada, recolhendo informações junto daqueles, que trabalham directamente com situações de violência doméstica, e que devido à natureza das suas funções profissionais, são considerados informadores policiais qualificados. Através destes foram-nos transmitidas as dificuldades sentidas no exercício da actuação policial assim como o método de prevenção do crime de violência doméstica, que passa essencialmente por um policiamento de proximidade que se traduz no acompanhamento e encaminhamento da vítima, porém foi-nos também transmitido que a avaliação de risco implementada, apesar de denotar melhorias, ainda se encontra na necessidade de colmatar certas limitações.

Palavras – Chave: Violência doméstica, revitimação, risco, vítima, agressor.

Abstract

The current study, named Domestic Violence – *The Relevance of the threat evaluation in Domestic Violence* looks to understand the importance that the threat evaluation has in preventing and combating the crime against domestic violence. That is, we care to know until which point the risky evaluation, implemented by PSP on the time between 15 of November and 15 of December, 2012, actually contributes to improve the police efficacy in combating crime against domestic violence and until which point these measures will contribute to stop the revictimization of the victim of this criminal phenomenon.

The investigation was executed using a semi-structured interview technique, collecting information with those who worked directly with situations of domestic violence, and, due to the nature of their professional functions, are considered qualified police informants. Through these professionals, the difficulties felt in police action were transmitted to us, and the method of preventing the crime of domestic violence, which is made essentially by a proximity policing, meaning the accompaniment and the leading of the victim. However, we were also informed that the risky evaluation implemented, though denoting some improvements, still has the necessity of filling some of its limitations.

Keywords: Domestic Violence, revictimization, threat , victim, aggressor

Índice	
Resumo	I
Abstract.....	II
Índice	III
Agradecimentos.....	VI
Lista de Siglas.....	VII
Lista de Gráficos.....	VIII
Lista de Gráficos.....	VIII
Lista de Tabelas	VIII
Introdução	1
Capítulo 1 – Considerações conceptuais em torno da violência doméstica	4
1.1 Enquadramento teórico acerca do crime de Violência Doméstica	4
1.1.1 Contextualização	4
1.1.2 Do crime de maus tratos ao crime de violência doméstica.....	6
1.2 Violência na Sociedade.....	10
1.2.1 A questão da violência na família	10
1.2.2 O crime de violência doméstica em Portugal	13
1.3 Dos conceitos	16
1.3.1 Avaliação do Risco	16
1.3.2 Conceptualização de Violência Doméstica	17
1.3.3 Ciclo da violência doméstica.....	21
1.3.4 Tipologia da Violência perpetrada no crime de Violência Doméstica .	23
1.4 Teorias Explicativas da Violência Doméstica	25
1.4.1 Perspectivas intra-individuais.....	26
1.4.2 Perspectiva diádica-familiar	27
1.4.3 Perspectiva sociocultural	28
Capítulo 2 – Actuação policial no crime de violência doméstica.....	29
2.1 A evolução do crime de violência doméstica em Portugal	29
2.2 A intervenção policial	32
2.2.1 Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade	32
2.2.2 O risco da revitimação na violência doméstica	34
2.2.3 Avaliação de risco em violência doméstica.....	36
2.2.4 Forma de actuação da PSP relativamente ao crime de violência doméstica	37

2.3 Respostas sociais ao crime de violência doméstica	39
2.3.1 Enquadramento legal das casas de abrigo	39
2.3.2 Funcionamento das casas de abrigo.....	41
2.3.3 Dificuldades na prática interventiva	42
2.3.4 Importância das casas de abrigo	44
2.3.5 Justiça Restaurativa	44
2.3.6 Actuação da Justiça Restaurativa	45
Capítulo 3 – Violência doméstica – estudo exploratório sobre a avaliação de risco na prevenção da violência doméstica	47
3.1 Justificação do Estudo	47
3.2 Metodologia	48
3.3 Apresentação de resultados.....	50
3.3.1 Objectivo 1.º - Identificar dificuldades sentidas pelos profissionais da PSP na prevenção deste fenómeno criminal	50
3.3.2 Perceber se os profissionais da PSP efectuam um acompanhamento da vítima de violência doméstica e se estão sensibilizados para os seus cuidados .	51
3.3.3 Percepcionar se existe um acompanhamento ao agressor por parte da PSP	52
3.3.4 Percepção dos profissionais da PSP na revitimação das vítimas de violência doméstica	53
3.3.5 Perceber se a avaliação de risco está a ser aplicada de acordo com os procedimentos estabelecidos	53
3.4 Discussão de Resultados	54
Conclusão	56
Bibliografia.....	59

Índice de Anexos

Anexo 1 – Guião de entrevista	65
Anexo 2 – Entrevista 1	67
Anexo 3 – Entrevista 2	70
Anexo 4 – Entrevista 3	73
Anexo 5 – Entrevista 4	76
Anexo 6 – Entrevista 5	79

Agradecimentos

Sendo este trabalho de final de curso o culminar de uma longa etapa, gostaria, de aqui, deixar expressos os meus agradecimentos, não só para os que me apoiaram nesta fase final mas para todos aqueles que me apoiaram e de alguma forma deram o seu contributo para que eu trilhasse o caminho que me trouxe aqui, e sabendo que o caminho se faz caminhando, exalto-vos, a continuarem do meu lado assim como eu continuarei do vosso. Faço questão de aqui deixar expressos os meus sinceros agradecimentos:

À Professora Doutora Paula Espírito Santo, minha orientadora, pela compreensão, conselhos, indicações, e acima de tudo pela celeridade e altruísmo demonstrado quando mais precisei.

À Polícia de Segurança Pública, instituição que me acolheu há seis anos e que me deu a conhecer profissionais que envergam a farda com inigualável orgulho e ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, casa mãe, que contribuiu de forma inolvidável para a minha formação, que me incutiu valores, me moldou o carácter e me fez crescer enquanto pessoa.

Aos Digníssimos Oficiais com quem me cruzei no meu percurso por esta casa, Subintendente Pinho, Subintendente Guinote, Comissário Marta e Subcomissário Fátima pelo constante apoio demonstrado.

Ao 24.º e 25.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia que me acompanharam neste percurso e com quem tracei grandes laços de amizade.

Aqueles que conheci nesta casa e que comigo partilharam histórias e momentos que não mais esquecerei.

Aqueles que me são queridos mas se encontram distantes, amigos de sempre, que apesar de longe estão sempre perto.

Finalmente pai, mãe e irmão, pilares e arquitectos da minha pessoa, pela forma como me ensinaram a viver nos bons e nos maus momentos.

A todos o meu muito obrigado!

Lista de Siglas

DGAI – Direcção Geral da Administração Interna

EPAV – Equipas de Apoio à Vítima

GNR – Guarda Nacional Republicana

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal

IPSS – Institutos Públicos de Serviço Social

PNCVD – Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

PSP – Polícia de Segurança Pública

RVD-1L – Risco de Violência Doméstica – 1.^a Linha

RVD-2L – Risco de Violência Doméstica – 2.^a Linha

Lista de Gráficos

	Mapas	Página
Mapa 1	Mapa de casas de abrigo em Portugal	40

Lista de Tabelas

	Tabelas	Página
Tabela 1	Crimes mais participados às forças de segurança no ano de 2011	14
Tabela 2	Local de registo das participações de violência doméstica por Distrito e Regiões Autónomas	15
Tabela 3	Forma de actuação policial aplicada aquando da denúncia do crime de violência doméstica	37

Introdução

No âmbito da Dissertação Final de Mestrado pretendemos levar a cabo um estudo cujo objecto será a violência doméstica e a importância da avaliação de risco para a prevenção desta. Ao longo do nosso trabalho iremos definir o conceito de violência doméstica através da consulta de obras de variados autores e abordar respostas sociais que possam combater e prevenir o crime de violência doméstica, desenvolveremos ainda a percepção existente em torno da avaliação de risco e a sua aplicação aos casos de violência doméstica que chegam ao conhecimento das forças de segurança. É objectivo nosso perceber o efeito da avaliação de risco no combate ao crime de violência doméstica assim como na revitimação deste, sendo que pretendemos ainda perceber o potencial que esta ferramenta trará no tratamento tanto para com as vítimas de violência doméstica como para com os agressores destas. O nosso trabalho trata de um tema que não é novidade, podemos aliás dizer que é um tema durante séculos e para o qual os vários actores estaduais procuram ainda hoje encontrar uma solução.

Durante séculos, a violência dentro do lar era considerado algo visto com naturalidade, “o bem comum justificava a aceitação de certos sacrifícios pessoais” (Ferreira, 2005:37). Durante a década de 80 iniciou-se uma consciencialização acerca do fenómeno da violência doméstica no nosso país, no entanto apenas na década de 90 o fenómeno da violência doméstica começou a ganhar verdadeiro ênfase, sobretudo devido a directivas oriundas da Comissão Europeia e ao surgimento de programas de apoio a organizações não governamentais. Começaram a combater-se os mitos e estereótipos inerentes à violência doméstica e consequente abuso de mulheres ainda na década de 90, “...apenas os homens pobres e sem educação batem nas suas mulheres; ninguém deve interferir nos assuntos domésticos do marido e da mulher; famílias infelizes são melhores que a inexistência de família; o álcool causa os maus tratos; os maridos têm todo o direito de fazer o que quiserem com as suas mulheres; as mulheres que são maltratadas obviamente merecem-no; são apenas velhas questões familiares.” (Dobash e Dobash, 1992:11). Actualmente estes mitos têm sido combatidos, não obstante, o crime de violência doméstica, trata-se do quinto crime mais registado em Portugal, a seguir a outros furtos, furto em veículo motorizado, furto em residência com arrombamento, escalamento

ou chaves falsas e ofensas à integridade física voluntária simples. De referir que no ano de 2011, segundo a DGAI, registaram-se 27 homicídios conjugais¹.

Têm-se verificado constantes alterações legislativas, políticas e inclusive estratégicas para desenvolver um mais eficaz combate a este fenómeno. No entanto apesar de ser um crime cada vez mais reportado às autoridades policiais a verdade é que, este continua a acontecer nos lares portugueses; a continuação do crime, a humilhação e perseguição da vítima e os homicídios conjugais. Desta forma há que continuar a procurar a melhor forma de combate a este crime.

Sendo a PSP, geralmente, a primeira instância à qual o cidadão recorre e tendo como função garantir a defesa da legalidade democrática assim como dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, este é um problema social à qual esta instituição não pode “passar ao lado”. A PSP é, inevitavelmente, um bastião do cidadão, e como tal tem o dever de procurar como prevenir um crime desta natureza, dignificando a pessoa enquanto ser humano. Desta forma, pretendemos, com o nosso trabalho apurar se a avaliação de risco, aplicada aos casos de violência doméstica, implementada entre Novembro e Dezembro de 2012, se verificou como uma mais valia no combate à violência doméstica, particularmente no acompanhamento, tanto da vítima como do agressor, evitando desta forma que novas agressões se repitam. Assim sendo é urgente alcançar a base do problema para definir novas formas de combate a este crime que tem atingido números sem precedentes como podemos constatar nos relatórios elaborados anualmente pela DGAI.

Considerando que este crime ocorre sobretudo no espaço privado que é o lar e verificada a impotência das vítimas perante esta situação, este crime requer uma atenção especial por parte das autoridades policiais de forma a manter a segurança e a protecção das vítimas no que toca aos seus direitos, liberdades e garantias. Assim pretendemos com este trabalho verificar o verdadeiro alcance que tem a avaliação de risco num crime tão delicado como o é, o crime de violência doméstica.

Em termos metodológicos, para além do enquadramento descritivo do tema fizemos uso da técnica de entrevista junto de informadores qualificados, tendo em conta as funções que desempenham de atendimento e acompanhamento para com as vítimas de violência doméstica. Pretendemos, com este trabalho, verificar as dificuldades sentidas pelos elementos policiais quanto à “resolução” deste crime, perceber se existe um

¹ Vide Relatório Anual de Segurança Interna 2011, editado a 23 de Março de 2012.

acompanhamento para com o agressor e se a avaliação de risco implementada veio de facto trazer melhorias no combate ao crime de violência doméstica.

O nosso trabalho encontra-se dividido em três capítulos, no primeiro capítulo apresentaremos considerações teóricas e conceptuais em torno do fenómeno da violência doméstica, assim como as alterações constantes do código penal a que este crime tem vindo a ser submetido. No segundo capítulo abordaremos essencialmente a actuação da polícia no combate a este crime e respostas sociais. Para finalizar, no terceiro capítulo, dedicámo-nos exclusivamente à abordagem das entrevistas efectuadas, procurando verificar se os objectivos mencionados foram alcançados.

Neste sentido, ao longo do nosso trabalho iremos abordar a violência doméstica no âmbito da cultura da Europa Ocidental, na qual nos inserimos.

Capítulo 1 – Considerações conceptuais em torno da violência doméstica

1.1 Enquadramento teórico acerca do crime de Violência Doméstica

No presente capítulo iremos abordar o crime de Violência Doméstica no sentido da sua abordagem teórica, deixando a vertente prática e criminógena deste conceito para uma parte mais avançada do nosso estudo. Como iremos verificar, o crime de Violência Doméstica trata-se de um fenómeno silencioso que ocorre no interior de bastantes lares. Este crime, silencioso e que causa vergonha, principalmente, às suas vítimas, encontra-se, ainda, rodeado de alguma penumbra e emaranhado de conceitos e definições que trazem à luz do dia um problema não só, mas também, maioritariamente sociológico.

Assim, ao longo do presente capítulo iremos abordar o conceito de crime de violência doméstica no seio da sociedade, como é encarado na e pela comunidade, que tipos de violência podemos encontrar no âmago do crime de violência doméstica, e tentaremos explicar o ciclo da violência doméstica.

1.1.1 Contextualização

A violência doméstica é um assunto de todos os tempos. Trata-se de um complexo problema social, possivelmente de um dos mais complexos do nosso tempo.

A consciência colectiva tem vindo, crescentemente, a sedimentar a ideia da tolerância zero, chegando a contradizer e, nas representações sociais, a pôr em causa tradições e mitos intrinsecamente ligados à cultura ainda vigente, como o transmitem ditados populares, “entre marido e mulher não se mete a colher”².

Mas o próprio conceito de violência doméstica tem evoluído, e de tal modo que hoje, num mundo cada vez mais globalizado, no espaço civilizacional em que nos integramos, as diferenças existentes até há menos de uma década já não se mostram muito acentuadas, tem vindo a crescer uma sensibilização por parte, tanto da população como dos órgãos de soberania, como se pode constatar através da alteração constante à legislação referente ao crime de violência doméstica³. Para isso têm contribuído as

² Provérbio de origem popular.

³ Cfr. art. 152.º do CP, que sofreu últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro.

directrizes emergentes de alguns textos jurídicos internacionais, fonte de direitos, produzidos sobretudo nas últimas três décadas e decorrentes de movimentos sociais de relevo, de entre os quais os movimentos feministas e de emancipação da mulher das décadas de 50 e 60⁴.

A violência doméstica, numa acepção abrangente, abarcará a violência física, a violência psicológica e a violência sexual que ocorre no espaço doméstico ou por causa dele, exercida por um dos seus membros sobre outro ou outros, ou, fora desse espaço, entre pessoas que com ele tenham alguma relação (Manita, 2009).

O Conselho da Europa caracterizou a violência doméstica como «acto ou omissão cometido no âmbito da família por um dos seus membros, que constitua atentado à vida, à integridade física ou psíquica ou à liberdade de um ou outro membro da mesma família ou que comprometa gravemente o desenvolvimento da sua personalidade»⁵.

Um aspecto a ter em conta, revelador da gravidade do fenómeno é o facto de o crime ocorrer no domicílio, onde supostamente, seria a zona de conforto da vítima, “a violência doméstica faz parte integrante da experiência de muitos lares, o que tem levado muitos autores a dizer que a casa é um dos lugares mais perigosos das sociedades modernas (...) (Lourenço cit. por Rocha et al, 1999:170)”. Podemos daqui constatar a gravidade que é, o facto deste crime ocorrer no lar familiar, aquele que seria o suposto refúgio da vítima de violência doméstica é, afinal, o ponto crítico onde o crime acontece, o lar é o lugar mais perigoso das sociedades modernas onde uma pessoa de qualquer sexo ou idade tem maior probabilidade de vir a ser fisicamente atacada do que na rua à noite (Giddens, 2001:196).

A violência doméstica constitui sempre uma forma de exercício do poder, mediante o uso da força (física, psicológica, económica, política), desta forma, surgem, inevitavelmente, os papéis de vítima e vitimador. O recurso à força constitui-se como um método possível de resolução de conflitos interpessoais, procurando o vitimador que a vítima faça o que ele pretende, que concorde com ele ou, pura e simplesmente, que se anule e lhe reforce a sua posição/identidade. No entanto, e contrariamente ao comportamento agressivo, o comportamento violento não tem a intenção de fazer mal à

⁴Veja-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, de 1979; a Convenção para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, concluída em Viena, em 1993; a Resolução do Parlamento Europeu sobre a necessidade de desenvolver na União Europeia uma campanha de recusa total de violência contra as mulheres, de 1997.

⁵ Projecto de Recomendação e de Exposição de Motivos, do Comité Restrito Sobre a Violência na Sociedade Moderna – 33.ª Sessão Plenária do Comité Director para os Problemas Criminais, publicado no Boletim do Ministério da Justiça, n.º 335, pág. 5.

outra pessoa, ainda que habitualmente isso aconteça. O objectivo final do comportamento violento é submeter o outro mediante o uso da força (Alarcão, 2000:170).

O fenómeno da violência e do mau trato no seio da família tem como vítimas preferenciais o cônjuge (ou a pessoa que vive em condições análogas), as crianças, os idosos e os doentes. A frieza estatística demonstra que, na esmagadora maioria dos casos de violência doméstica, a vítima é a mulher. Isto não significa que as mulheres não exerçam elas próprias a violência doméstica, de forma bastante activa e intensa, designadamente em relação a crianças e a idosos (Rocha, 1999:170).

Para combater um crime que tem vindo a verificar um crescimento constante ao longo dos anos, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou a Resolução n.º 48/104 de 20 de Dezembro de 1993⁶. Quando se aborda um tema pertinente como é o da violência doméstica tem que se ter em conta vários factores e situações, tais como o tempo, o espaço, a forma e a realidade, que não devem nem podem ser indissociáveis das ideologias e da cultura que caracterizam determinada sociedade em determinada época; serve como exemplo disto a diferença inerente a diversas culturas e vivências, como por exemplo as diferenças existentes entre a cultura ocidental e a cultura oriental.

1.1.2 Do crime de maus tratos ao crime de violência doméstica

O crime de violência doméstica foi primeiramente tipificado no Código Penal de 1982, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de Setembro, sob a epígrafe, no artigo 153.º do mesmo diploma, de *Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou cônjuges* (Nunes e Mota, 2010). Apercebemo-nos, desta forma, que este crime começou a ser uma preocupação, não só da sociedade, mas também dos nossos legisladores, que sentiram necessidade de implementar mudanças que contribuíssem para uma mudança positiva no sentido de diminuir este fenómeno criminógeno.

► Das alterações introduzidas pelo DL n.º 48/95 de 15 de Março

Em 1995 o crime de maus tratos foi revisto, sendo epigrafiado de *maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge*, passando a atribuir-se-lhe maior

⁶ Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres, in www.direitoshumanos.gddc.pt, acedido em 14dez2012, pelas 00H50.

importância, alterando e agravando a sua moldura penal onde se verificava, então, a pena de prisão de seis a três anos agravando-se esta moldura penal de um a cinco anos, sendo que na tipificação deste crime passa a verificar-se, para além dos maus tratos físicos, os maus tratos psíquicos. A redacção deste artigo passou, ainda, a abranger outras vítimas potenciais da violência familiar, assim como idosos ou doentes alargando, desta forma, o espectro da definição de violência doméstica na época.

► Da importância da norma – A Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro

Com a introdução desta alteração o artigo 152.º do Código Penal Português passa a ter a designação de *Maus tratos e infracção de regras de segurança*. Não obstante que relativamente a este crime se mantivesse uma natureza semi-pública, este diploma atribuiu ao Ministério Público a possibilidade de dar início ao procedimento, se fosse esse o interesse da vítima e não existisse oposição por parte desta antes de ser deduzida acusação. Assim, procurou evitar-se que os ilícitos relativos à violência conjugal ficassem impunes tendo em conta conhecidas renitências e constrangimentos iniciais da vítima⁷.

► Da natureza pública do crime – A Lei n.º 7/2000 de 27 Maio⁸

Registou-se neste diploma uma modificação de suma importância, pois foi no mesmo atribuído ao crime de maus tratos perpetrados contra cônjuge a natureza de crime público⁹, desta forma o Ministério Público passou a poder dar início ao procedimento, bastando ter conhecimento de existência da prática deste crime.

É também com este diploma e com a pena acessória de um período máximo de dois anos de proibição de contacto do agressor com a vítima que se pretendeu aplicar, pela primeira vez, uma medida que evitasse a repetição daquele crime e que combatesse também o sentimento de impunidade do agressor. O facto do crime de violência doméstica passar a ser de natureza pública foi fundamental, pois sendo de natureza semi-pública e carecendo de desejo de procedimento criminal por parte da vítima ocorriam inúmeras

⁷ Tais como o receio de possíveis represálias ou quer pelo facto da vítima estar sob dependência económica do agressor, ou mesmo a vergonha perante a sociedade.

⁸ Que aprova a 5.ª alteração ao DL n.º 40/82, de 3 de Setembro (aprova o Código Penal).

⁹ “A irrelevância penal do perdão em crimes públicos (...) baseia-se, justamente, na ideia de que não é apenas o ofendido que está em causa, como vítima, nesses casos. Independentemente do que a vítima pense ou queira, a prossecução de uma acção penal escapa ao seu controlo, sendo “coisa pública” que ao Estado compete decidir.” Teresa Beleza, *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*, FDL 1990. pág. 363.

desistências da parte desta, levantando a questão se estas desistências seriam feitas de forma consciente e livre ou se, por sua vez, aconteciam pela existência de uma atitude coerciva por parte do agressor e consequente receio de represálias por parte da vítima.

O que mais ressalta, face ao regime anterior, é a consagração da tese que há muito sustentava a necessidade de atribuir natureza pública ao crime, como meio de solucionar o, até então, subsistente problema de um grande número de arquivamentos por vontade expressa, embora com questionável liberdade, da vítima. Por isso, o procedimento actual, em qualquer circunstância ou fase do processo, não depende da vontade daquela.

► **A separação do crime de violência doméstica do crime de maus-tratos – A Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro**

A Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro veio subdividir o *Crime de Maus tratos e infracções das regras de segurança* em três tipificações distintas e que se mantêm até à actualidade, ou seja, o crime em questão foi subdividido no crime de *Violência doméstica*, *Maus tratos*, e *Violação de regras de segurança* nos artigos 152.º, 152.º-A e 152.º-B, respectivamente.

O artigo 152.º do actual Código Penal passou a punir aquele que mantenha, ou tenha mantido, uma relação de cônjuge; a pessoa que tenha mantido relação análoga à dos cônjuges, independentemente de se verificar coabitação; o progenitor de descendente comum; e inclusive a pessoa particularmente indefesa que coabite com o agressor. Consideramos que, com esta alteração, foi intenção do legislador valorizar a importância do crime cometido no seio familiar, eliminando desta forma crenças sociais como a “...crença socialmente difundida durante décadas, e parcialmente aceite ainda hoje, de que a violência conjugal é um fenómeno privado e no qual ninguém, senão o casal, deve interferir” (Manita, 2009:20)

Com a alteração redigida pela Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro marcou-se uma posição contrária a este género de pensamento. Esta lei transformou o crime de violência doméstica num crime de natureza pública, face ao qual a sociedade tem o dever de o combater, denunciar e prevenir o surgimento de situações que possam desencadear o crime de violência doméstica.

Com a separação do crime de maus tratos do crime de violência doméstica, transcrevemos, de seguida, o artigo 152º do Código Penal, que tipifica este último ilícito criminal e que está actualmente em vigor:

Art.º 152.º

Violência Doméstica

1 – Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais:

a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;

b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;

c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou

d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 – No caso previsto no número anterior, se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 – Se dos factos previstos no n.º1 resultar:

a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 – Nos casos previstos nos números anteriores, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição e contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 – A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 – Quem for condenado por crime previsto neste artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício do poder paternal, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos.

Atendendo à Constituição da República Portuguesa verificamos que a família, e a criação desta através do casamento¹⁰, é um direito que assiste a qualquer cidadão português. Além de se encontrar plasmado na *Lex Mater*, o direito à família é, também, tipificado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948, no seu artigo 16º, onde vem explicitamente expresso no seu n.º 3, e passamos a

¹⁰ Vide artigo n.º 36.º da Constituição da República Portuguesa.

transcrever: “A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado”.

Considerando este ponto, reconhecemos que o crime de violência doméstica é um elemento destruidor da família (sendo esta elemento natural e fundamental da sociedade), daqui se reconhece a importância e notoriedade de um crime cada vez mais discutido, ou seja, como tipificado que está, o Estado tem o dever e legitimidade de intervir sobre este.

A Constituição volta a fazer referência à família no seu artigo 67.º, voltando a definir esta, tal como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, como um elemento fundamental da sociedade, tendo aquela o direito à protecção da sociedade e do Estado, ou seja, a Família, goza de um estatuto privilegiado de protecção inerente ao seu estado de elemento fundamental da sociedade. Assim sendo, um crime como o de violência doméstica, que atenta contra a Família, tem um enorme peso na sociedade, advindo daí a visibilidade que, cada vez mais, tem vindo a existir sobre este crime, procurando o Estado através das instâncias competentes¹¹ uma forma de solucionar um problema que existe “desde sempre”.

1.2 Violência na Sociedade

Enquanto indivíduos, pertencentes a uma comunidade, onde estão estabelecidas normas e regras a serem cumpridas para um bom relacionamento, a violência é, cada vez mais, vista como um “defeito” social que deve ser erradicado e controlado de forma a que a vivência seja pacífica e duradoura. Tempos houve em que o Homem, sentindo-se ameaçado pelos seus semelhantes, lutava no sentido de manter a sua individualidade e o seu território. Actualmente, tal não se mostra necessário, havendo uma convivência regida por leis que estabelecem limites a situações societárias menos aceitáveis. Ao longo do presente ponto iremos abordar a violência num sentido amplo, na família e na própria sociedade.

1.2.1 A questão da violência na família

Como já referimos anteriormente, “para as vítimas de Violência Doméstica/Violência Conjugal, a casa não é um lugar de paz e segurança, mas um espaço de medo onde são quotidianamente confrontadas com a violência e a destruição pessoal”

¹¹ Forças de Segurança, Autoridades Judiciárias (primacialmente o Ministério Público), assim como Instituições Particulares de Apoio Social.

(Manita, 2009:30). A família é “...a forma elementar de articulação do indivíduo na sociedade” (Marias cit. por Moura, 2012:337), é a forma, não a única, como o Homem se desenvolve enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade, a um meio ambiente.

Sendo a violência uma forma de superação de conflitos, embora numa escala de degradação quanto à dimensão humana do agir, o Homem emprega esta forma de resolução de divergências desde os primórdios. Desta forma, mesmo que inconscientemente, a violência entrou nos lares do seio familiar, pois “a violência sempre foi uma maneira de o homem pretender resolver os seus problemas, problemas que lhe são colocados por outros homens. Problemas ou dificuldades que se geram, portanto, na sociabilidade, e por causa dela” (Moura, 2012:19).

Sendo a violência uma forma de superação de conflitos, embora numa escala de degradação quanto à dimensão humana do agir, o Homem emprega esta forma de resolução de divergências desde os primórdios. Desta forma, tendo em conta os conflitos inerentes à vida familiar a violência entrou no seio desta.

Neste sentido, podemos definir três ideias: violência, família e, do cruzamento destas, violência na família.

Considerando a violência como um mecanismo de superação de conflitos, concluímos que esta acontece quando existe por parte de um indivíduo o desejo de domínio sobre outro, quando se verifica uma divergência em que não se constata um compromisso ou cedência por parte de um dos indivíduos.

Se considerarmos a violência na sociedade, numa perspectiva histórica, verificamos que a sociedade actual não se mostra mais violenta que a sociedade existente num passado próximo. No entanto, apesar de se poder considerar uma contradição no que acabámos de referir, as pessoas na sociedade actual poderão não se sentir mais seguras, isto porque difunde-se, principalmente através dos média, a ideia de que nunca o mundo foi tão violento como hoje, no entanto, este pensamento/sentimento de insegurança surge devido a um maior campo de violações que se podem cometer no campo da criminalidade. Isto deve-se, segundo José Souto de Moura, ao facto de a civilização do ocidente caminhar, desde há séculos, no sentido de uma progressiva dignificação das pessoas, e acima de tudo, de todos os seres humanos. Desta forma, “se a violência é ofensa do que se deve respeitar, quanto mais subtil e crítica for a consciência individual e colectiva nas suas exigências, maior será o leque das transgressões possíveis” (Moura, 2012:27), ou seja, consideramos que quanto maior for a liberdade concedida, no que concerne a valores individuais, maior será o risco de os mesmos poderem vir a ser violados, o que nos conduz

a uma espiral de desrespeito pelo indivíduo, pela sua integridade física, e ao cometimento de violência física ou mesmo psicológica.

Daí se verificar que a constatação da violência actual é vista com algum desencanto. Ou seja, apesar da sociedade actual não se mostrar muito mais violenta que uma sociedade existente no passado, o sentimento de insegurança reinante (algo deveras subjectivo) tende a ser superior, isto devido à existência de uma consciência moral que vai de encontro à dignidade do ser humano, logo, pelo facto da sociedade actual se constatar menos violenta, a simples existência de crimes cria um maior sentimento de insegurança.

Quanto aos crimes que assolam a sociedade actual o crime de violência doméstica é um crime que se verifica com bastante frequência. Apesar de se confirmar, ainda, uma certa dificuldade e constrangimento por parte das vítimas em comunicar/informar as entidades competentes sobre o crime do qual são alvo, têm-se vindo a verificar melhorias neste aspecto, no sentido da sua denúncia às autoridades competentes.

A violência doméstica é um crime que assola inúmeras famílias independentemente da classe social, “de referir que 12% a 15% de mulheres europeias acima dos 16 anos sofrem de violência doméstica, dentro de uma relação, morrendo muitas delas. Sendo este um fenómeno transversal a todos os estratos sociais, económicos, culturais e religiosos.” (Garcia, 2012:61). Para reforçar este ponto atendemos a José Souto de Moura (2012:205) que refere que “é importante que estes crimes sejam denunciados, este tipo de violência acontece nas várias classes sociais.” O mesmo acrescenta ainda em relação às mulheres afirmando que “nas classes altas muitas vezes esse facto acontece porque estas muitas vezes estão em situação de dependência económica”. Desta forma dificilmente se desprendem da relação abusiva. É um crime que acontece no seio da família, onde deveria, supostamente, existir um sentimento de segurança: “a família continua a ser apontada como um contexto de protecção, (...) o facto da violência ter lugar no espaço doméstico, originalmente sentido como local de protecção, condiciona negativamente (...) ao transformar-se aquele num ambiente perigoso e imprevisível,” (Sani, 2011:13).

Sendo a violência doméstica um crime cometido no espaço doméstico e, ao qual, inúmeras vezes os filhos do casal assistem, podemos, então, constatar que este factor leva a que este seja um crime que “pode” viver de um ciclo. Através de vários estudos efectuados por inúmeros investigadores na pesquisa e construção de teorias explicativas que desvendem diferentes bases conceptuais de análise acerca da compreensão teórica do fenómeno da violência interparental e do impacto que esta tem a nível do ajustamento da

criança (Sani, 2010, cit. *in* Ana Isabel Sani e Telma Almeida, Violência Interparental: A vitimação indirecta de crianças, 2011:17), podemos constatar que as crianças que assistem a episódios violentos possuem um risco superior de se virem a envolver em relacionamentos violentos no futuro (Black, Sussman & Unger, 2010, cit. por Sani, Ana e Almeida, 2011:17).

No entanto, e apesar de as crianças que assistem a episódios violentos no espaço doméstico poderem vir a ser futuros agressores ou vítimas, não é um facto comprovado que o virão a ser efectivamente. Podemos, assim, então verificar que o crime de violência doméstica é de difícil controlo por parte das forças de segurança, não só quanto à ocorrência deste, mas também, quanto ao conhecimento de quem o poderá vir a praticar (local, data, hora, indivíduos envolvidos).

1.2.2 O crime de violência doméstica em Portugal

Ao analisarmos os dados referentes ao crime de violência doméstica no relatório anual de segurança interna relativo ao ano de 2012¹², temos que ter em conta que nem todos os crimes ocorridos são comunicados às forças de segurança, desta forma os dados recolhidos, independentemente de serem oficiais, não reflectem a dimensão real do fenómeno, são as chamadas cifras negras. Os dados que constam no relatório anual de segurança interna são aqueles que foram comunicados às forças de segurança ou os que decorreram do conhecimento directo destas, não incluindo, portanto, as situações de violência doméstica que não chegam ao conhecimento das autoridades policiais.

As estatísticas referentes a este fenómeno são apresentadas no relatório anual efectuado pela DGAI que, em conjunto com as forças de segurança, PSP e GNR, realiza uma recolha de informação através dos Autos de Notícia/Denúncia efectuados por estas forças de segurança relativamente ao crime de violência doméstica.

Passamos, de seguida, a explicar um quadro onde apresentamos os crimes mais participados às forças de segurança, durante o ano de 2011.

¹² No Relatório Anual e Segurança Interna de 2011-2013 constam os dados referentes ao ano de 2011.

Tabela 1: Crimes mais participados às forças de segurança no ano de 2011

CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM 2011	
<i>Outros furtos</i>	46.685
<i>Furto em veículo motorizado</i>	38.090
<i>Furto em residência c arromb Escal Ou chaves falsas</i>	28.299
<i>Ofensa à integridade física voluntária simples</i>	27.895
<i>Violência doméstica contra cônjuge ou análogos</i>	23.741
<i>Condução de veículo com taxa de álcool igual superior a 1,2</i>	23.274
<i>Outros danos</i>	20.806
<i>Furto de veículo motorizado</i>	19.478
<i>Condução sem habilitação legal</i>	17.083
<i>Ameaça e coação</i>	15.808
<i>Furto em edif Comerc Ou indust C arromb Escal Ou chav</i>	15.393
<i>Furto por carteirista</i>	11.325
<i>Roubo na via pública exceto por esticção</i>	8.396
<i>Roubo por esticção</i>	7.918
Total	304.191

Fonte: DGAI – Relatório Anual de Segurança Interna 2011

Da análise estatística das ocorrências registadas em 2011, a DGAI¹³ conclui que o crime de violência doméstica foi o quinto crime mais participado em Portugal a seguir a “outros furtos”, “furto em veículo motorizado”, “furto em residência com arrombamento, escalamento ou com chaves falsas” e a “ofensa à integridade física voluntária simples”, sendo que a violência doméstica passou a ser o segundo crime mais participado na categoria dos crimes contra as pessoas no ano de 2011 sendo, desta forma, ultrapassado pelo crime de “ofensas à integridade física voluntária simples”. Constata-se, assim, que o crime de violência doméstica passou da quarta tipologia criminal mais reportada em 2009 para a terceira em 2010 descendo, porém, para a quinta posição em 2011. No entanto, esta descida não implica que se deva abdicar das preocupações e das medidas necessárias para que se continue a verificar uma descida nos anos vindouros.

Explorando o relatório anual de monitorização de violência doméstica de 2012, podemos aferir que no ano de 2011 foram registadas, entre denúncias à PSP e à GNR, 28.980 situações de violência doméstica, verificando-se uma descida de 7,2%

¹³ Vide Relatório Anual de Segurança Interna 2011, editado a 23 de Março de 2012

relativamente ao ano transacto (o que corresponde a menos 2.255 situações). Ou seja, no ano de 2011, verificou-se efectivamente uma redução no número de casos reportados às autoridades, número que vinha em constante crescimento até ao ano em questão. A tabela *infra* reflecte os dados relativos a ocorrências de violência doméstica em Portugal continental e regiões autónomas da Madeira e dos Açores:

Tabela 2: Local de registo das participações de violência doméstica por Distrito e Regiões Autónomas

LOCAL DE REGISTO DAS PARTICIPAÇÕES (DISTRITO/REGIÃO AUTÓNOMA)			
Distrito/RA	2010	2011	Taxa de variação anual (%)
Aveiro	2.085	1.795	-13,9 %
Beja	282	250	-11,3 %
Braga	1.838	1.698	-7,6 %
Bragança	359	353	-1,7 %
Castelo Branco	498	462	-7,2 %
Coimbra	1.061	997	-6,0 %
Évora	409	429	4,9 %
Faro	1.461	1.350	-7,6 %
Guarda	292	306	4,8 %
Leiria	1.221	1.048	-14,2 %
Lisboa	7.314	6.714	-8,2 %
Portalegre	297	261	-12,1 %
Porto	6.355	6.039	-5,0 %
Santarém	1.087	968	-10,9 %
Setúbal	2.506	2.282	-8,9 %
Viana do Castelo	588	520	-11,6 %
Vila Real	543	542	-0,2 %
Viseu	763	777	1,8 %
R. A. Açores	1.259	1.238	-1,7 %
R. A. Madeira	1.017	951	-6,5 %
Total	31.235	28.980	-7,2 %

Fonte: Dados DGAI com base nos dados fornecidos pelas Forças de Segurança

Como se pode constatar na tabela em questão, somente nos distritos de Évora, Guarda e Viseu foram registadas, em termos globais, menos ocorrências em 2011, comparativamente a 2010. Os distritos de Aveiro, Beja, Leiria, Portalegre e Viana do Castelo foram aqueles onde se verificaram as taxas de variações mais negativas, ou seja, sendo estes aqueles onde se verificou uma maior redução do número de ocorrências.

De referir ainda que, na grande maioria dos casos, em 78% a intervenção policial deu-se através de pedido da vítima, denotando-se assim, visto ocorrer no espaço doméstico, a dificuldade que há para as forças de segurança em terem conhecimento do crime, se este não for reportado pela própria vítima. Nos restantes casos, 8% derivou de informação de familiares ou vizinhos, enquanto que em somente 4% dos casos decorreu do conhecimento directo das forças de segurança, e nos restantes casos, o conhecimento do crime deu-se devido a uma denúncia anónima.

Importa, sobremaneira, referir que no ano de 2011 registaram-se 27 homicídios conjugais.

1.3 Dos conceitos

Para aferirmos sobre o crime de violência doméstica, convém, antes de mais, abordarmos os diversos conceitos que balizam e enformam este ilícito criminal. Nos pontos seguintes, abordaremos, então, esses conceitos.

1.3.1 Avaliação do Risco

O crime de violência doméstica tem, nos últimos anos atingido uma grande visibilidade¹⁴, basta atentarmos aos valores revelados nos relatórios elaborados pela DGAI. No Relatório Anual de Segurança Interna verificamos que entre a PSP e a GNR foram registadas 28980 situações de violência doméstica, no ano de 2011, e que nesse mesmo ano se cometeram 27 homicídios conjugais. Porém, incrivelmente, segundo o RASI, do ano de 2010 para o de 2011 verificou-se um decréscimo no número de situações de violência doméstica reportado às autoridades. Independentemente desse decréscimo podemos concluir que este é um crime que tem grande visibilidade. Nesse sentido, a PSP passou a utilizar um formulário designado por “Avaliação do Risco” para ser utilizado em situações de denúncia às autoridades do crime de violência doméstica. Através da Directiva Operacional n.º 23/2005 de 19 de Dezembro, a PSP começou, a partir de 01 de Janeiro de 2006, a preencher este formulário (DN PSP, 2005). Este tinha como objectivo

¹⁴ Cfr. Estatísticas constantes do Relatório Anual de Violência Doméstica – Análise das Ocorrências Participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2009; Relatório Anual de Segurança Interna 2011; e mais recentemente Violência Doméstica – 2011. Relatório Anual de Monitorização. Ocorrências Participadas às Forças de Segurança; Estruturas Especializadas – FS; Atribuição do estatuto de vítima e decisões finais em processo-crime.

avaliar cada situação em concreto, de forma a que as autoridades judiciais tivessem conhecimento de informação relevante e que para a qual fosse necessária uma intervenção célere e adequada sobre a vítima (DN/PSP, 2005). Este formulário de avaliação preenchia-se em sede de inquérito (este formulário era delegado pelo Ministério Público às equipas de investigação criminal da PSP) para situações em que a vida da vítima estivesse em perigo, como casos de violência extrema ou no caso de utilização de armas de fogo, sendo que as próprias forças de segurança poderiam, por própria iniciativa, aplicar este formulário ou mesmo a pedido das autoridades judiciais (DN/PSP, 2005).

Esta era a metodologia aplicada à vítima de violência doméstica que se “entendesse” necessitar da avaliação de risco. Contudo, esta situação foi alterada e, no nosso trabalho, iremos abordar uma nova metodologia aplicada pela PSP às vítimas de violência doméstica, no período temporal compreendido entre 15 de Novembro de 2012 e 15 de Dezembro de 2012 numa primeira avaliação e reavaliações no período iniciado na mesma data e alargado até 28 de Fevereiro de 2013. Esta nova abordagem ao crime de violência doméstica está prevista no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica¹⁵ e baseou-se numa articulação entre a DGAI e as forças de segurança, contando ainda com o apoio da Universidade do Minho e da Procuradoria-Geral da República. O objectivo desta avaliação de risco consiste basicamente em que esta se aplique a qualquer situação de violência doméstica que seja denunciada às forças de segurança. Esta procura na melhoria da avaliação de risco deu-se com o intuito de facilitar a identificação do nível de risco presente em situações concretas de violência doméstica.

1.3.2 Conceptualização de Violência Doméstica

A definição de violência doméstica tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, isto devido às constantes evoluções conceptuais que as políticas e estratégias de intervenção têm vindo a sofrer para combater este fenómeno. Uma das maiores complexidades em torno do crime de violência doméstica é o facto de este ocorrer no contexto de relações íntimas, desta forma, o agressor possui uma grande proximidade afectiva com a vítima, dispondo assim do conhecimento necessário para controlar a vítima. Através desta relação de afectividade/intimidade, partilha de projectos, papéis, responsabilidades relativos à sua vida, o agressor possui facilidade em criar várias formas

¹⁵ Cfr. Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de Dezembro, *in* Diário da República, 1.ª Série, n.º 243.

de controlo na relação, o que acaba por dificultar a ruptura da vítima para com a situação vivida.

No crime de violência doméstica as vítimas são maioritariamente do sexo feminino, o que não significa que não existam homens na situação de vítimas, no entanto “de acordo com diferentes estudos, a violência doméstica/conjugal, é a forma mais frequente de violência sofrida pelas mulheres” (Manita, 2009:11), ou que não possam existir indivíduos que sejam, simultaneamente, vítimas e agressores, situações de violência recíproca. Além de homens e mulheres o crime de violência doméstica alberga, ainda, entre as suas vítimas, crianças, idosos, deficientes e dependentes.

Sendo que não existe uma única definição para o conceito de violência doméstica, mas sim um vasto leque de conceitos, há quem entenda por violência doméstica “todos os actos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorram dentro da família ou unidade doméstica ou entre actuais ou ex-cônjuges ou parceiros, quer o perpetrador partilhe ou tenha partilhado ou não o mesmo domicílio com a vítima”¹⁶.

Recentemente, no IV PNCVD, o conceito de violência doméstica é atribuído a “todos os actos de violência física, psicológica e sexual perpetrados contra pessoas, independentemente do sexo e da idade, cuja vitimação ocorra em consonância com o artigo 152.º do Código Penal”.

No entanto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 13 de Junho¹⁷ aprofunda o conceito e define a violência doméstica como “toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorra em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica”.

Podemos ainda consultar o Código Penal vigente em Portugal para definir violência doméstica. Assim, definimos este género de violência como um comportamento violento reiterado/continuado que provoca na vítima maus tratos físicos ou psíquicos; para se cumprirem os pressupostos a vítima tem que habitar no mesmo agregado familiar que o agressor, por exemplo, como cônjuge, companheiro/a, filho/a, pais ou avós. Consideramos ainda violência doméstica se os pressupostos deste crime se verificarem em indivíduo que, mesmo não co-habitando com o agressor, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar.

¹⁶ De acordo com o “Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence”(2011).

¹⁷ Esta definição foi atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003 aquando da aprovação do II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.

Já a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima acrescenta, na sua definição de violência doméstica, que o facto de os maus-tratos se verificarem a quem, simplesmente, resida no mesmo espaço doméstico que o agressor, independentemente da relação que exista entre estes:

“(…) qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adopção ou afinidade.”

(Manual Alcipe, 2010:11)

Após a consulta de obras de vários autores e como verificado que o conceito de violência doméstica tem vindo a evoluir iremos, desta forma, distinguir vários conceitos em torno deste fenómeno.

► **Violência**

A saber, considera-se como violência qualquer género de força, coacção ou intimidação utilizada de forma intencional contra terceiro que venha de alguma forma lesar a integridade, direitos e necessidades dessa pessoa. De acordo com outras definições, a violência pode ser entendida como “o uso intencional da força física ou poder, ameaça ou real, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação”¹⁸.

► **Violência sobre as Mulheres**

Consideramos violência sobre a mulher todo o ato de violência (físico, sexual ou psicológico) que seja cometido sobre a mulher, quer seja cometido em ambiente público

¹⁸ De acordo com a definição de violência doméstica atribuída pelas Nações Unidas.

ou privado, e que seja cometido sobre a vítima por esta ser mulher, definindo, assim, esta violência como uma questão de género derivada da perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, falamos, desta forma, de violência de género. Segundo a Declaração de Viena sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres¹⁹, de 1993, violência contra/sobre a mulher é uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, continuando esta definição como “todo o acto de violência baseada no género, do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos e coacção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada”.

► Violência nas Relações de Intimidade

O conceito de violência nas relações de intimidade é mais abrangente do que a violência doméstica. Este conceito resultou da necessidade de se enquadrar outros tipos de violência que não só a violência doméstica. Desta forma, consegue-se enquadrar a violência existente entre companheiros que estejam envolvidos em diferentes formas de relacionamentos, tais como o são a violência entre casais homossexuais ou a violência entre namorados.

► Violência Conjugal

A violência conjugal é um género de violência tocante a todas as formas de violência, coacção ou intimidação exercida por um dos cônjuges/companheiro ou ex-cônjuge/companheiro sobre o outro. A violência conjugal acaba por se enquadrar na violência doméstica, embora esta última seja mais abrangente.

A violência conjugal refere-se a um conjunto de vários actos violentos, exercidos por um elemento do casal (maioritariamente o homem), sobre o outro, podendo daí advir como resultado a morte. A violência conjugal foca-se na dinâmica do casal, distinguindo-se desta forma de conceitos mais abrangentes como o são a violência doméstica, a violência familiar ou os maus tratos familiares, em que podem ser afectados outros membros da família ou que coabitem com o casal (Gonçalves, 2004:543).

¹⁹ Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 48/104 de 20 de Dezembro de 1993.

1.3.3 Ciclo da violência doméstica

O crime de violência doméstica não é um crime que ocorra repentina e imprevisivelmente. Verifica-se neste crime uma situação de violência continuada por parte do agressor sobre as vítimas, uma violência quase sempre múltipla, e muitas vezes mantida em segredo durante anos. Definiu-se então que existem “dinâmicas de violência doméstica” (Manita, 2009:26).

A violência doméstica é composta por várias fases que tendem a repetir-se ciclicamente, o chamado “ciclo da violência doméstica”, sendo que se verifica neste ciclo um aumento dos episódios de violência, tanto na frequência como na intensidade, tornando-se assim em episódios cada vez mais violentos e, subsequentemente, perigosos para a vítima.

À medida que os episódios de violência se tornam mais frequentes, o agressor torna-se violento mais facilmente, quer seja por um qualquer incidente ou mesmo uma ausência de motivo, qualquer situação pode desencadear um conflito por parte do agressor (Manita, 2009:26). Iremos, então, e neste sentido, definir as fases do ciclo de violência doméstica:

► Fase de aumento da tensão

Nas relações em que exista violência doméstica o agressor possui uma necessidade premente e constante de demonstrar domínio/controlo sobre a vítima. Assim quando ocorrem episódios de divergência, conflito entre indivíduos, o agressor ao invés de interromper a tensão recorrendo a estratégias de negociação/resolução do conflito, utiliza uma escalada de tensão, procurando criar um ambiente de tensão e de eminente perigo para a vítima.

Neste momento do aumento de tensão, qualquer pretexto serve para o agressor demonstrar a sua agressividade, controlo e exercer o seu poder sobre a vítima. Este é o primeiro patamar, do qual o agressor pode partir para a violência física.

► Fase do episódio de violência

Esta fase dá-se, geralmente, com a utilização da violência verbal escalando rapidamente para a violência física. Nesta fase, a vítima, na maioria dos casos, não reage,

quer por intuição ou por experiência de episódios violentos anteriores a vítima mantém-se passiva, na expectativa que a “não resposta” à violência por parte do agressor atenua a ira deste e leve à interrupção do ataque violento.

Se na sequência destes ataques a vítima necessitar de apoio médico/hospitalar o agressor tende a acompanhá-la, sendo esta uma forma de controlo (através da manipulação sedução ou mesmo intimidação/coacção) para que a vítima não fale do episódio de violência por si vivido. Em casos extremos o agressor pode mesmo negar à vítima cuidados médicos, negando-lhe a assistência médica necessária ou a condução ao hospital. Ainda nesta fase o agressor procura racionalizar os seus actos através da atribuição da culpa do episódio violento à vítima ou a factores externos, desta forma afasta o espectro da culpa, desculpabilizando-se e encontrando forma de “aceitar” comportamentos que, de outra forma, sentiria como indesculpáveis. Assim, o agressor, refugia-se em esquemas para encontrar a culpa pelo sucedido em factores alheios a si, procurando levar a vítima a acreditar que a culpa é sua ou atribuindo mesmo a culpa a factores externos, tais como o álcool, estupefacientes, um “mau dia no trabalho”.

► Fase “lua-de-mel”

A fase denominada “lua-de-mel”, ou fase de enamoramento, corresponde em muitos casos a um período em que o agressor atribui uma atenção positiva à vítima. Aqui o agressor procura fazer a vítima acreditar que o episódio de violência vivido foi uma vez sem excepção, ou se esse não foi o primeiro episódio o agressor pretende demonstrar que não voltará a acontecer, é um período em que o agressor trata a vítima com afecto e atenção. Desta forma, a vítima procura restabelecer um sentimento de normalidade na sua relação com o agressor.

Esta fase de demonstração de arrependimento por parte do agressor revela uma oscilação comportamental que dificulta de forma tremenda a ruptura por parte da vítima destas situações de violência. Numa primeira fase da relação abusiva, a vítima acredita que será capaz de evitar os episódios do companheiro/a e alterar a violência do agressor. Em muitos casos a vítima deposita parte ou totalidade da culpa do episódio violento em si, procurando assim desculpar o agressor e acreditando que o episódio tratou-se de um caso isolado.

Com o suceder de episódios violentos a vítima constata que, efectivamente, a culpa destes episódios não recai sobre si e que não tem controlo sobre a situação que está a

viver, no entanto, até chegar a esta consciência a vítima passa inúmeras vezes por este “ciclo da violência”. Sendo que a primeira fase é a mais prolongada e a última, a denominada “lua-de-mel” é a mais curta, podendo mesmo desaparecer por completo, estes são casos extremos, onde a vítima já não encontra refúgio e se esta oferecer resistência ou tentar responder agressivamente o que verifica é uma escalada na violência por parte do agressor ao invés do *términus* desta.

Os episódios de violência vividos pela vítima de violência doméstica tendem a aumentar em número, intensidade e perigosidade. Desta forma, com o passar do tempo a vítima constata que perde o controlo da situação, perde a sua auto-estima e acaba por desenvolver um sentimento de impotência face ao agressor e ao rumo que a sua vida e relação com o agressor tomaram, tornando-se, assim, refém deste ciclo de violência sendo cada vez mais difícil quebrar esta relação abusiva com o agressor.

1.3.4 Tipologia da Violência perpetrada no crime de Violência Doméstica²⁰

A violência doméstica é exercida de diversas formas e como já referido neste trabalho, tende a aumentar em frequência, intensidade e gravidade dos actos perpetrados, desta forma, evidentemente, também aumenta o grau de risco para a vítima. Iremos de seguida apresentar os tipos de violência existentes na violência doméstica pela ordem com que costumam ocorrer, sendo estes a violência emocional e psicológica; a intimidação, coacção e ameaça; a violência física; o isolamento social; o abuso económico; e por fim a violência sexual, não significando isto que a violência doméstica não possa começar imediatamente com actos de violência física e/ou sexual graves.

► Violência emocional e psicológica

A violência emocional e psicológica é provavelmente o tipo de violência mais difícil de detectar, isto por não se verificarem sinais concretamente observáveis. Pode surgir de forma isolada ou juntamente com outros tipos de violência. (Alberto, 2010:26) Esta forma de violência consiste na humilhação da vítima; o agressor despreza, critica, insulta a vítima, tanto em privado como em público, através de palavras ou comportamentos. Desta forma dá-se uma diminuição na auto-estima da vítima que é

²⁰ Os seguintes conceitos de violência que iremos definir foram retirados do guia de Violência Doméstica: Compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança (Manita, 2009).

constantemente humilhada, não só pelas suas características físicas como pelo comportamento que apresenta.

► **Intimidação, coacção e ameaça**

O tipo de violência inerente à intimidação, coacção e ameaça acaba por estar intrinsecamente ligado à violência emocional e psicológica. Esta consiste em manter a vítima constantemente com medo daquilo que o agressor poderá fazer contra si e/ou contra os seus familiares ou amigos, muitas vezes o agressor também faz ameaças sobre o filho do casal, quando os há. Este tipo de violência visa manter a vítima sobre controlo, ou seja, ao manter a vítima receosa do que lhe poderá acontecer a si e aos seus familiares ou amigos o agressor está a prender a vítima através do seu temor. Com esta estratégia o agressor mantém a vítima sob o seu domínio, na medida em que, num contexto de tensão e violência eminente, a vítima acaba por viver em constante ansiedade e medo.

► **Violência física**

A violência física consiste no uso da força física com o intuito de causar dano físico, deixando ou não marcas evidentes. As acções patentes a este tipo de violência podem reflectir-se em “agressão física, castigos corporais, sevícias, queimaduras, envenenamentos, asfixias, afogamentos, golpes efectuados com objectos, pontapés, empurrar, atirar objectos, esbofetear, morder (...) (Azevedo e Maia, 2006:32).

► **Isolamento Social**

O isolamento social resulta das estratégias implementadas pelo agressor com o objectivo de afastar a vítima da sua rede social, ou seja, da sua zona de conforto, segundo Vicente Garrido (2002) manter a vítima afastada dos familiares é uma das formas de a dominar/controlar²¹. Desta forma, o agressor manipula e controla aquela mais facilmente

²¹ Na obra Amores que matam, Vicente Garrido (2002), define vários tipos de abuso psicológico e emocional para controlar as vítimas, estes comportamentos englobam quatro grandes categorias, nomeadamente,

do que se a vítima estivesse envolta numa boa rede de apoio familiar e social. Eventualmente a vítima acaba por se afastar da sua rede social, quer por vergonha da situação de violência em que vive, quer por vergonha de eventuais marcas físicas visíveis que “testemunhem” a sua condição de vítima de violência doméstica.

► Abuso económico

A situação relativa ao abuso económico está intimamente associada ao isolamento social, sendo esta outra forma de controlo sobre a vítima. O agressor nega àquela o acesso a dinheiro ou bens, incluindo, muitas vezes, bens de necessidade básica. Independentemente de a vítima ter emprego, o agressor impede-lhe a gestão autónoma do vencimento, apropriando-se do vencimento da vítima e fazendo a sua gestão.

► Violência Sexual

O tipo de crime inerente à violência sexual consiste em toda a forma de imposição de cariz sexual contra a vontade da vítima (violação, exposição a práticas sexuais com terceiros, exposição forçada a pornografia, mais propriamente o acto de práticas sexuais de relevo²²), recorrendo para isso a ameaças ou à força física. A violação e a coacção sexual são alguns dos crimes sexuais mais praticados no âmbito do crime de violência doméstica e que, apesar disso, muitas das vítimas através de mitos e crenças erróneas acabam por não reconhecer, acreditando, incorrectamente, que “dentro do casal não existe violação”, “são deveres conjugais” ou “exigências naturais” do homem e aos quais a mulher se deve submeter.

1.4 Teorias Explicativas da Violência Doméstica

Hoje em dia a violência doméstica encontra-se tipificado como um ilícito criminal, como já vimos, sendo, também, uma questão eminentemente humana, para a qual, se pode dizer, qualquer cidadão está consciencializado. Não obstante o facto de cada vez mais se

humilhar a vítima, fazê-la pensar que está louca, mantê-la afastada dos amigos e negar-lhe o acesso a meios económicos, restringindo desta forma a sua autonomia.

²² Beijos na boca, carícias genitais e nas mamas, obrigação de manipular os órgãos genitais do abusador, toque recíproco dos genitais (Dias, Ribeiro e Magalhães, 2010:8), cópula, coito anal, coito oral e introdução vaginal e anal de partes do corpo ou objectos (artigo 171.º n.º 2 do Código Penal).

verificar o surgimento de vítimas do sexo masculino²³, o maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino. Por este motivo, os teóricos das perspectivas feministas²⁴ mantêm a concepção de que o crime de violência doméstica trata-se de um fenómeno unidireccional perpetrado exclusivamente pelo género masculino.

1.4.1 Perspectivas intra-individuais

As teorias intra-individuais focam-se, especificamente, nas características intrínsecas e individuais do agressor, assim como na personalidade da vítima. Esta teoria pressupõe que comportamentos violentos resultam de um conjunto de défices comportamentais e competências sociais. Desta forma atribui-se o acto criminoso às características do indivíduo agressor, tais como perturbações psicológicas, factores de risco como a irritabilidade, uma personalidade agressiva e hostil, ansiedade e depressão. Junte-se a estes factores o consumo de drogas e álcool e obtemos a imagem do agressor que encaixa na perspectiva intra-individual (Manita, 2005:16).

A violência existente nestes casos tende a ser mais frequente e agravada que em casos onde não existam consumos, de álcool ou drogas. No entanto, o comportamento violento por parte do agressor é socialmente apreendido e não o resultado do abuso de determinada substância. Porém, a junção de ambos os factores pode aumentar, consideravelmente, a gravidade da violência perpetrada sobre a vítima (Manual Alcipe, 2010:14).

Na perspectiva intra-individual as mulheres maltratadas entendem-se como frágeis, o que contribui como factor para a sua vitimação. Ainda nesta teoria, define-se que quando o agressor agride a vítima, este, está a manifestar uma frustração sentida sobre outra pessoa, associando o “apaziguar” a frustração do agressor com a fragilidade da vítima obtemos a agressão e a violência inerente ao conceito de violência doméstica. Ou seja, na perspectiva supramencionada o agressor é liberto de responsabilidade sobre o seu comportamento enquanto que as vítimas são conotadas como legitimadoras da sua situação. Refira-se que nesta concepção, nas teorias intra-individuais, reinava a crença que

²³ Ainda que seja um número ínfimo comparativamente com o número de mulheres vítimas. Segundo o relatório intitulado: Violência Doméstica – 2011. Relatório anual de monitorização. Ocorrências participadas às Forças de Segurança (FS); Estruturas especializadas – FS; Atribuição do estatuto de vítima e decisões finais em processos-crime, em 2011, 85% das vítimas era do sexo feminino.

²⁴ Cfr. Manual Alcipe, *Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência*, 2.^a Ed. Revista e Actualizada, APAV, 2010, Lisboa, p.14.

a violência conjugal era um assunto privado, que ocorria devido à anormalidade do perpetrador, pois acreditava-se que quanto maior o nível de agressão perpetrado, maior era a probabilidade de o agressor sofrer de uma personalidade disfuncional ou de uma perturbação psicopatológica. (Manual Alcipe, 2010:13).

1.4.2 Perspectiva diádica-familiar

A saber, a concepção da perspectiva diádica-familiar assenta na teoria intergeracional da violência, ou seja, a experiência da vitimação favorece a sua perpetuação (Manual Alcipe, 2010:14). A teoria da intergeracionalidade da violência sustenta que quem foi vítima na infância, ou testemunhou este tipo de violência na infância, é mais susceptível de se vir a tornar um adulto agressor. De referir que pode não somente tornar-se um agressor, mas também uma vítima, pode-se criar um modelo vitimador, a violência parental na infância, aumenta o risco de vitimação na mulher quando adulta. Sendo ainda que esta pode apreender que o “amor” legitima a violência por parte do cônjuge. Neste sentido, sublinhamos de novo Sani (2011:17) que afirma que as crianças que assistem a episódios violentos possuem maior probabilidade de se envolverem num relacionamento violento, assim como de virem a ser agressores ou vítimas.

Alguns estudos (Black, Sussman & Unger cit. *in* Sani, Ana e Almeida, 2011:17) têm demonstrado que a exposição à violência interparental é um factor de risco acrescido para o envolvimento em relacionamentos violentos no futuro, aumentando, segundo (Simon & Furman cit. *in* Sani, Ana e Almeida, 2011:17), a probabilidade da utilização de um estilo conflituoso na resolução de problemas nas futuras relações amorosas. Passo a citar (Linder & Collins cit. *in* Sani, Ana e Almeida, 2011:17), de forma a vincar a ideia que pretendemos transmitir: “Estas crianças podem ver justificados futuramente os comportamentos de agressividade que adoptam nas suas relações através de uma noção aprendida de normalidade perante a agressão assistida na relação entre os progenitores”.

No entanto, nem sempre um passado violento implica que a criança se venha a tornar um adulto violento. Segundo Manita (2005), não se pode afirmar que exista uma relação directa entre o mau trato na infância, ou o testemunho deste, e problemas de comportamento no futuro. Nem que a violência familiar actual virá a gerar violência familiar no futuro. A mesma autora constata que “(...) muitos dos que foram maltratados

nunca se tornaram em agressores e muitos dos actuais agressores nunca foram sexualmente abusados ou maltratados na sua infância” (Manita, 2005:20).

Neste ponto concordamos com Manita, apesar de se poder considerar como factor de risco a exposição de crianças à violência interparental, o mesmo não é um dado adquirido que as crianças venham a ser agressores em futuros relacionamentos.

1.4.3 Perspectiva sociocultural

A perspectiva sociocultural assenta em torno de factores históricos, sociais, culturais e políticos que contribuem para a violência sobre a mulher. Segundo (Manita, 2005), esta concepção centra-se nas conjecturas feministas, acrescentando o factor género, ou seja, esta concepção explica que a violência doméstica ocorre devido à combinação de aspectos culturais, individuais e situacionais. Nas abordagens socioculturais, a violência contra a mulher é entendida como o resultado do seu tratamento histórico, devido, em tempos, ser atribuído ao homem, na sociedade, um papel de domínio sobre a mulher, pois “nas sociedades ocidentais a autoridade patriarcal outorgava ao marido um controlo moral que incluía o direito de castigar a mulher fisicamente” (Silva, 1995:13). Assim, segundo Gonçalves (2004), a escolha do comportamento do indivíduo é constrangida pelas normas sociais dominantes, ou seja, a forma como a sociedade coloca o homem em relação à mulher e à dominância daquele sobre esta. O poder e o controlo sobre a família fazem parte do homem (Manita, 2005), que não estando precavido dessa consciência, quando se sente diminuído na relação de poder e controlo, quanto ao estatuto social e emancipação adquirida pela mulher, despoleta atitudes violentas.

Capítulo 2 – Actuação policial no crime de violência doméstica

2.1 A evolução do crime de violência doméstica em Portugal

Em Portugal, os direitos das mulheres nunca foram plenamente reconhecidos. Estes direitos estiveram sempre em segundo plano, porventura, por consequência de questões tradicionalmente culturais e directamente relacionadas com o regime ditatorial que vigorou durante grande parte do século XX. Apenas após o 25 de Abril de 1974, com a Constituição de 1976 e o reconhecimento do Estado de Direito Democrático, se reconheceu, a par de outros direitos, os direitos relacionados com a Mulher: a igualdade no trabalho, na sociedade e, inclusive, na família. Até aí, de forma muito simplista e no que respeita à família, o marido era o chefe de família, a quem competia decidir em relação à vida conjugal e familiar, possuidor de “direitos de correcção” sobre a sua família.

Não obstante a Constituição e as leis instituírem princípios fundamentais que consagram os direitos de igualdade de género, a realidade cultural do país tem-se revelado significativamente diferente, pois tem por base princípios bem mais complexos do que os enunciados nos direitos atribuídos à Mulher.

É certo que nos últimos anos, os direitos inerentes às mulheres têm-se desenvolvido consideravelmente, contudo, é preciso reconhecer que à data de entrada em vigor da actual Constituição o país vivia uma realidade socioeconómica e cultural marcadamente atrasada²⁵, onde se registavam ainda números elevadíssimos de analfabetismo e, por consequência atrasos ao nível intelectual que comprometiam qualquer perspectiva de desenvolvimento social.

É preciso ter em conta que desse momento até à presente data, o paradigma do país modificou-se substancialmente, verificando-se neste aspecto um grande desenvolvimento.

²⁵ Vejamos que, por exemplo, apenas em 1910 o crime de adultério passou a ter o mesmo tratamento quando cometido por homens ou por mulheres; só em 1931, através do Decreto-lei n.º 19 694, de 5 de Maio, se reconheceu expressamente o direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários (enquanto que aos homens apenas se exigia que soubessem ler e escrever); só com o Decreto-lei n.º 251/74, de 12 de Junho, se abriu o direito às mulheres o acesso a todos os cargos da carreira administrativa local; só em 1974, com o Decreto-lei n.º 308/74, de 6 de Julho, se abriu à mulher o acesso à carreira diplomática; quanto à carreira da magistratura, apenas através do Decreto-lei n.º 492/74, de 27 Setembro tiveram acesso ao cargo; e apenas em 25 de Abril de 1976, com a entrada em vigor da *Constituição* democrática, se estabelece a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios.

Contígua a estas melhorias constatou-se uma crescente preocupação com os direitos das mulheres, publicando-se legislação que pretendeu tornar efectiva a igualdade entre homens e mulheres.

É possível constatar que até o discurso político tem demonstrado uma maior preocupação no que concerne às políticas comunitárias, dando primazia a áreas que anteriormente se encontravam em segundo plano, tais como a educação, a cultura e a própria luta pelos direitos das mulheres e igualdade para com os homens. A própria campanha travada para criar uma consciência comunitária em torno do crime de violência doméstica é prova disto, (Cfr. Neves, 2000)

É neste quadro que é criado e publicado o Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.²⁶ Neste documento, assume-se a violência doméstica como flagelo que põe em causa o cerne da vida em sociedade. A dignidade da pessoa humana afirma-se como valor inerente ao próprio Estado de Direito Democrático que condena todo o tipo de violência, nomeadamente a violência doméstica por assentar em relações de dominação e de força.

Reconhece-se, em concordância com os diplomas internacionais²⁷, que a utilização da violência contra as mulheres, as crianças e/ou os idosos constitui uma violação dos direitos fundamentais da pessoa humana. Acentua-se, igualmente, a necessidade de a sociedade se libertar de mitos e estereótipos vigentes num passado recente e de agir no sentido de abolir este problema da ordem jurídica nacional, enquanto elemento indispensável à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. De forma inovadora, refere-se ao agressor como problema social e não como problema das vítimas, sendo que para combater a violência doméstica não basta proteger e ajudar as vítimas, sendo necessário que a sociedade se preocupe também com a pessoa violenta.

Aplicaram-se medidas de natureza legislativa e administrativa, que visam proteger as vítimas, reconhecendo que, na maioria dos casos, como já verificamos, se tratam de mulheres, *maxime* de seres humanos, sendo necessário proporcionar-lhes o acesso a meios materiais, psicológicos e físicos para que se libertem da situação de submissão em que os agressores as colocam.

²⁶ Resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º 55/99, publicada no *Diário da República*, I Série-B, de 15/6/1999.

²⁷ Sobre este assunto, consulte-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948; a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, de 1979; a Convenção para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, concluída em Viena em 1993; a Resolução do Parlamento Europeu sobre a necessidade de desenvolver na União Europeia uma campanha de recusa total de violência contra as mulheres, de 1997.

Assistiu-se a uma preocupação crescente no sentido de apurar o grau de sensibilidade da população para este flagelo, sobretudo através dos meios de comunicação social, realizaram-se campanhas de sensibilização da opinião pública com o intuito de contribuir para uma cultura de não violência, baseada no respeito pelos direitos e deveres de cada um dos membros da família.

Foi principal objectivo integrar nestas campanhas a consciência de que a violência doméstica constitui um crime, que a melhoria e reforço dos serviços de apoio às vítimas²⁸ eram uma necessidade e a frequência de cursos ou módulos de formação profissional adequada a um melhor conhecimento da dinâmica da violência doméstica destinados a todos os agentes da PSP uma exigência. Assim, a PSP instruiu-se e motivou toda uma reforma para ela própria estar capacitada a lidar com um problema que tanto atormentava a sociedade portuguesa.²⁹

Neste seguimento, foram implementadas medidas de carácter processual com vista ao afastamento provisório do agressor, face aos indícios que apontavam para a existência de violência doméstica e com vista a preveni-la. A par dos estudos elaborados sobre esta problemática social, criou-se um observatório para o acompanhamento do problema: o plano nacional contra a violência doméstica.

Este plano possui uma vigência de três anos de onde consta a elaboração de relatórios anuais para a análise do desenvolvimento da situação. No entanto, mais do que mudar as leis importa mudar as mentalidades.

Para isso, além da intervenção judiciária sugerem-se outras possibilidades de resolução no problema, seja através das associações de apoio às mulheres vítimas de violência, dos centros de acolhimento, das associações ou instituições de protecção das crianças, dos serviços de acção social, entre outras não contempladas neste estudo mas que eventualmente existam. Todas estas instituições são importantes no sentido de fornecer informações e apoio de diversa ordem, pelo que a reforma deste problema social tem de envolvê-las e chamá-las a se pronunciarem, pois lidam diariamente com a situação e podem dar o seu contributo para tornar resolúvel esta obstinada tendência de violência.

²⁸ E, consequentemente, as medidas de apoio técnico e financeiro às organizações de apoio às vítimas.

²⁹ Como foi constatado por nós ao longo do estágio prático realizado neste último ano de formação no Curso de Oficiais de Polícia.

2.2 A intervenção policial

2.2.1 Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

A Directiva Estratégica n.º 10/2006 de 15 de Maio procurou transformar a PSP, na tentativa de que esta se aproximasse da população. Segundo a referida directiva e de acordo com estudos efectuados por alguns membros da União Europeia, o que realmente incomoda o comum cidadão é a pequena criminalidade ou a “criminalidade de massa”, conforme é denominada pela Comissão Europeia³⁰.

São efectivamente os crimes que são cometidos com maior frequência (criminalidade de massa) que geram no seio da população o tão eufémico sentimento de insegurança. Para combater este tipo de criminalidade implementou-se um policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade da polícia para com os cidadãos, mais especificamente aqueles que demonstram mais vulnerabilidade, tais como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus tratos (ou seja, os denominados grupos de risco), onde se incluem as vítimas do tema abordado pelo nosso trabalho.

Este modelo de policiamento de proximidade incutiu na polícia uma mentalidade de prevenção em relação ao crime através da proximidade para com o cidadão. A PSP, apesar de não negligenciar as suas valências de reacção e investigação criminal, passou a privilegiar a prevenção, através da proximidade para com o cidadão, podendo, através desta proximidade, consolidar a sua valência das informações³¹. Esta acção viabilizou uma maior recolha de informações que, por seu lado, se repercutiu na melhoria dos índices de eficiência e eficácia na actuação policial.

Trata-se de uma actividade fundamental para situações de violência doméstica, pois permite conhecer a vítima, o agressor, os seus hábitos e rotinas, encontrando assim um modo de combater o crime de violência doméstica, patenteado pela postura proactiva e assegurando um superior conhecimento de cada caso em concreto.

A PSP deslocou o foco de actuação da reacção à criminalidade grave para a prevenção da criminalidade, procurando, com esta acção, encontrar a solução para o crime e as incivildades que mais apoquentam o íntimo do cidadão. Podemos assim distinguir o policiamento de proximidade do policiamento “tradicional”, que era somente dirigido ao

³⁰ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Prevenção da Criminalidade da União Europeia, de 16 de Abril de 2004

³¹ Conforme apontamentos retirados da disciplina de Estratégia e Tática das Forças de Segurança I, leccionada no 4.º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia pelo Subintendente Hugo Guinote.

incidente e à consequente resposta a este. Através do PIPP, a PSP assumiu uma abordagem orientada para os problemas, ou seja, não responde somente à criminalidade denunciada, mas sim e através deste modelo, não olvida a resposta às denúncias e queixas que lhe chegam ao conhecimento, mantendo-se, assim, fiel ao policiamento de proximidade. Neste modelo, através da ajuda da comunidade, procura identificar de forma continuada os problemas que mais afectam o cidadão, na tentativa de os resolver antes que assumam maiores proporções, ou mesmo, antes que dêem origem a crimes.

De entre os vários objectivos traçados pelo PIPP, aludimos àqueles que, mais concretamente, visam combater o crime de violência doméstica. Assim, é objectivo da PSP focar-se nos “grupos de risco”, como o são as vítimas de violência doméstica, através do policiamento de proximidade e das informações que daí advêm e, bem assim, melhorar os mecanismos de apoio e atendimento à vítima.

É conveniente referir que este último propósito já se verifica actualmente na maioria das esquadras policiais, pois estas possuem uma sala de apoio à vítima, onde as vítimas de violência doméstica podem, de forma mais reservada, expor a sua situação.

Um outro objectivo implementado pelo PIPP e inerente a este policiamento, é o de tentar reduzir as cifras negras, ou seja, aumentar os índices de participação de crimes à polícia, sendo certo, porém, apesar do aumento de participação deste tipo de ilícitos nos últimos anos, muitos deles ainda permanecem ocultos nas quatro paredes de um “qualquer lar feliz”.

São os Agentes de Proximidade, pertencentes às Equipas de Proximidade, os responsáveis por pôr em prática e dar vida a este policiamento no “terreno”. Estas equipas, compostas pelas EPES e pelas EPAV, têm por função desenvolver contactos com a população em geral, juntas de freguesia e demais serviços sociais existentes na área onde desenvolvem serviço, no sentido de aferir quais os problemas que mais incomodam a população. Referindo-nos mais especificamente às EPAV, cabe a estas a vigilância a áreas residenciais, prevenir e detectar crimes de violência doméstica e o seu respectivo acompanhamento pós-vitimação, detectar as cifras negras existentes e tentar reduzir o número destas, incentivando o cidadão a apresentar queixas do crime que sofreu.

2.2.2 O risco da revitimação na violência doméstica

Foi nosso intento abordar a revitimação no presente trabalho pelo facto de a avaliação de risco visar combater a violência doméstica mas, igualmente, impedir que este obscuro fenómeno torne a ocorrer, ou seja, que se dê a revitimação. É principalmente por este motivo que, sazonalmente, decorridos determinados ciclos temporais, se efectiva a reavaliação de risco nos crimes de violência doméstica.

Revela-se impreterível para a devida compreensão deste problema, definir o conceito. Assim, podemos afirmar que revitimação consiste no fenómeno de determinada pessoa, após ter sido vítima de um crime, voltar a ver-se nessa posição, compreendido um determinado período de tempo, que segundo Mandy Shaw e Ken Pease, é de um ano. A isto podemos chamar revitimação. Porém, é um facto que o conceito de revitimação é algo complexo, que origina, inclusive, divergências entre vários autores quanto à sua definição e abrangência (Cavaleiro, 2003:13).

Explorando outra definição, de Hope *et al.* (2001, cit por Cavaleiro 2003), podemos classificar a revitimação como uma subcategoria da vitimação múltipla, ou seja, de acordo com este Autor, a vitimação múltipla abrange tanto a revitimação como, também, a vitimação por múltiplos tipos, diversos do crime em questão. Pelo predisposto, para situações que contemplem a vitimação múltipla não é necessária a existência de uma correlação entre as diversas ocorrências, sendo que, a ausência dessas correlações leva a que a existência de diversas ocorrências sobre um tipo de alvo seja considerada crimes fortuitos e não revitimação.

Neste sentido, a interpretação que Cavaleiro retira de Hope *et al.* é a de que a revitimação é o fenómeno de uma pessoa ou lugar sofrer duas ou mais ofensas criminais exactamente do mesmo tipo num curto espaço de tempo. Por outro lado, a vitimação por múltiplos tipos de crime consiste no facto de uma pessoa ou propriedade se constituírem como vítimas de mais do que um tipo de ofensa criminal em determinado período de tempo. Depreende-se do entendimento que Cavaleiro fez daquele Autor que, para que exista revitimação, é necessário que determinada pessoa ou bem patrimonial tenham sofrido dois ou mais crimes do mesmo tipo, num determinado período de tempo. Quanto à vitimação múltipla concluímos, através da interpretação de Cavaleiro que esta ocorre quando determinado indivíduo é vítima, por exemplo, de uma agressão física hoje e de um furto amanhã. Assim, estamos perante uma situação de vitimação múltipla, pois

determinado sujeito constituiu-se como vítima de mais que um tipo de crime, diversos na sua natureza, em determinado período de tempo.

Por conseguinte, constatamos que o conceito de revitimação é, de certa forma, abstracto e generalizado para todo o universo de crimes, pese embora, a existência de uma correlação entre o alvo e o meio, o autor do crime vê-se ausente desta correlação. No entanto, no crime específico da violência doméstica, especialmente num cenário de violência conjugal, verificamos que o cometimento de dois ou mais crimes, compreende um cenário de revitimação, isto porque o alvo do crime é sempre o mesmo: a vítima de violência doméstica. Por sua vez, o praticante do crime, o agressor, também é sempre o mesmo. Estes dois factos são imutáveis neste tipo de crime.

Há que ter em conta, que ao alargarmos o leque de crimes de que a vítima de violência doméstica pode ser alvo, poderíamos abordar esta situação como vitimação múltipla, dado que a vítima deste tipo de crime pode ser alvo de inúmeras infracções criminais. Contudo, a estrutura do crime de violência doméstica consome outros tipos de ilícitos, tais como as injúrias, coacção, ameaça, ofensas à integridade física, entre outros, pelo que não podemos confundir, *maxime* não podemos autonomizar estes tipos de ilícitos visto que todos eles são parte integrante do crime de violência doméstica.

Estes factos, ainda que isolados (ou seja, ontem a ameaça, hoje a coacção e amanhã a violência física) cometidos por mais que uma vez pelo mesmo indivíduo sobre a mesma vítima, ainda que de forma indirecta, com o objectivo de lhe provocar danos físicos ou psicológicos, dentro de um determinado período de tempo, constituem uma situação de revitimação e não de múltipla vitimação.

Neste seguimento, partilhamos do entendimento de Rocha que afirma que o conceito de violência doméstica é constituído por cinco factores indissociáveis: 1.º - dois ou mais actos criminais; 2.º - um perpetrador imutável; 3.º - uma intenção fixada; 4.º - uma vítima normalmente invariável; 5.º - um curto espaço de tempo (igual ou inferior a um ano).

Após estas considerações, entendemos que a vítima de violência doméstica encontra-se num cenário de revitimação quando, após o primeiro registo de violência por parte das autoridades judiciais/policiais, se verificam mais actos criminosos³², do mesmo tipo de ilícito, cometidos, intencionalmente, por um mesmo indivíduo, sobre a mesma vítima num período igual ou inferior a um ano.

³² Ainda que compreendam a figura dos exemplos acima expostos (ameaça, coacção, injúrias, ...) constituem o crime de violência doméstica e não se tratam de diferentes tipos de ilícito.

No caso de a vítima não reportar a sua situação às autoridades policiais/judiciais, entende-se que esta se encontra numa situação de vitimação continuada. Abordando, ainda que de forma sumária, um outro tipo de vitimação, a vitimação secundária ocorre quando a vítima reporta os factos às autoridades competentes e se depara com um mau atendimento por parte daquelas que não conseguem tornar resolúvel o seu problema.

2.2.3 Avaliação de risco em violência doméstica

A avaliação de risco constitui-se de suma importância por ser um procedimento que pretende avaliar uma situação ou pessoa em particular. Uma vez que as Forças de Segurança são normalmente as primeiras a chegar ao local de ocorrência de um crime de violência doméstica e atendendo à sua natureza, a PSP e GNR colocaram em prática duas fichas de avaliação de risco destinadas às vítimas do crime de violência doméstica para avaliar a possibilidade de ocorrência de novas situações, envolvendo as mesmas vítimas, tentando, assim, evitar a revitimação. Esta ferramenta tem por objectivo identificar as vítimas de violência doméstica que se encontram em situação de perigo, procurando evitar que venham a sofrer danos de maior severidade. Em termos policiais este instrumento permite um melhor conhecimento de uma situação em particular e desta forma uma melhor tomada de decisão. A avaliação do risco não constitui uma avaliação definitiva do risco existente, no entanto, fornece uma indicação informativa para que as forças de segurança ajam de forma imediata, possibilitando, inclusivamente, um posterior aprofundamento da informação para que exista uma melhor gestão do risco futuro. O objectivo é identificar grau de risco imediato que impende sobre a vítima para que se responda, da melhor forma possível, às suas necessidades.

Este período experimental contemplou, numa avaliação inicial, a dilação temporal de 15 de Novembro de 2012 a 15 de Dezembro de 2012 e, num segundo momento, o período compreendido de 15 de Novembro a 28 de Fevereiro de 2013 tendo em vista a revitimação. Para esta segunda etapa verificou-se um maior período de experimentação devido ao facto de se tratar de uma ficha de reavaliação.

Pretende-se através deste período experimental e desta avaliação de risco conceber um instrumento que avalie o risco nas mais variadas situações de violência doméstica em que os elementos das forças de segurança podem ser chamados a intervir. Estes novos procedimentos pretendem auxiliar os profissionais das forças de segurança, introduzindo

uma maior objectividade nas situações de violência doméstica, levando a que se consiga, mais facilmente, identificar o nível de risco presente, orientando desta forma a actuação policial na promoção da segurança das vítimas do crime de violência doméstica. O principal objectivo da avaliação de risco é prevenir futuras agressões ou mesmo o homicídio.

2.2.4 Forma de actuação da PSP relativamente ao crime de violência doméstica

Actualmente com a aplicação das fichas RVD-1L e RVD-2L, o elemento que toma conhecimento do crime de violência doméstica através da aplicação e preenchimento de um questionário (RVD-1L) colocado à vítima, define, de acordo com o preenchimento da ficha de risco, qual a situação em que a vítima se encontra e define qual o risco inerente a esta, entre Baixo, Médio ou Alto.

Há que ter em conta que a atribuição do risco não é estanque à aplicação do questionário e às respostas dadas pelas vítimas. O elemento que aplica o questionário deve ter em conta a sua experiência profissional ou mesmo outros factores de risco de que tenha tomado conhecimento. De referir que a avaliação de risco efectuada não é definitiva, sendo susceptível de alteração sempre que se tome conhecimento de uma nova circunstância (agravante ou atenuante) na situação que está a ser avaliada, como, por exemplo, a saída de casa de um dos companheiros (vítima ou agressor) ou o acontecimento de novo episódio violento. Nestas situações deve-se efectuar nova avaliação do nível de risco.

Após a aplicação da primeira ficha realiza-se a reavaliação (RVD-2L), esta contempla prazos definidos consoante o nível de risco atribuído na primeira avaliação de risco. Cumpre dizer-se que o plano de segurança deve ser revisto e elaborado em cada reavaliação efectuada e que à vítima deverão ser sempre fornecidas orientações básicas no imediato de forma a promover a sua segurança. Vejamos a seguinte tabela que demonstra a forma de actuação policial na aplicação da avaliação de risco:

Tabela 3: Forma de actuação policial aplicada aquando da denúncia do crime de violência doméstica

Actuação Policial		
Risco Baixo	Risco Médio	Risco Elevado
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar Plano de Segurança com a Vítima - Indicação de recursos/respostas de apoio à vítima - Atribuição do estatuto da vítima - Fornecer à vítima os contactos dos números de emergência e das Forças de Segurança mais próximas da sua residência - Se existirem armas, deve ser providenciada a sua apreensão - Juntar avaliação de risco efectuada ao processo e remeter para tribunal - De acordo com o risco e até que seja aplicada uma medida de coacção ao agressor ou de teleassistência à vítima, deverão ser estabelecidos contactos com a vítima, bem como acompanhá-la quando solicitado, aos locais onde tenha de ir, como Tribunal, Hospital. 		
		- Alertar a vítima para considerar a hipótese de se afastar do ofensor, recorrendo a uma casa abrigo, casa de familiar.
		- Verificar se se encontram reunidos os pressupostos para detenção do agressor fora de flagrante delito
		- Contacto com o Ministério Público propondo afastamento do agressor da residência da vítima ou proibição de contactos com a vítima
1.ª Reavaliação do risco até 60 dias	1.ª Reavaliação do risco até 30 dias	1.ª Reavaliação do Risco até 3/7 dias

Fonte: DGAI – Direcção Geral de Administração Interna

2.3 Respostas sociais ao crime de violência doméstica

Eis que se sugere pertinente abordar respostas sociais utilizadas quando o sistema judicial criminal falha. Debruçar-nos-emos sobre a justiça restaurativa e as casas de abrigo. A primeira trata-se de uma resposta social cuja aplicação à violência doméstica exigiria um árduo exercício de adequação e em situações muito circunscritas, visto que na sua origem está o combate à delinquência juvenil (Marques, 2005:283). Por sua vez, as casas de abrigo constituem uma resposta social claramente pensada para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. Para a elaboração do presente trabalho assemelhou-se-nos pertinente para aprofundar a aplicação destas medidas por serem tomadas em prol das vítimas de violência doméstica, dando clara primazia às casas de abrigo.

As casas de abrigo, ainda que de forma temporária são indubitavelmente um meio de garantir a segurança, protecção e uma forma de assegurar e restabelecer as vítimas de violência doméstica, mulheres ou mulheres acompanhadas de crianças, tanto física e psicológica como socialmente. De seguida ao abordarmos de forma não muito aprofundada a justiça restaurativa, referiremos os aspectos positivos na resolução do conflito entre a vítima e o infractor, no entanto a sua utilização no crime de violência doméstica teria que ser bem delineada. Passamos, pois, a definir estas respostas sociais.

2.3.1 Enquadramento legal das casas de abrigo

As casas de abrigo surgiram em Portugal no ano 1999, fortemente impulsionadas com a aprovação da Lei 61/91, de 31 de Agosto³³, assim como com a implementação de Programas Nacionais de Combate à Violência Doméstica. A Lei 107/99 de 3 de Agosto³⁴ veio alertar para a necessidade de ordenamento da rede de casas de abrigo, de forma a que esta viabilizasse uma cobertura geográfica de âmbito nacional, estabelecendo limites mínimos na relação de número de casas por cada distrito, no continente e regiões autónomas, sendo que nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, se exigem, pelo menos, dois equipamentos.

³³ A Lei nº. 61/91 de 31 de Agosto, reforçou os mecanismos de protecção legal às mulheres vítimas de violência doméstica ao criar serviços de atendimento/encaminhamento especializado.

³⁴ A Lei nº. 107/99 de 3 de Agosto veio estabelecer o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica assim como veio determinar ainda que cabe ao Estado, através do Governo, a criação, instalação, funcionamento e manutenção da rede.

A rede pública de casas de abrigo em Portugal é constituída por 35 equipamentos³⁵, sendo que 29 se encontram no Continente e 6 nas Regiões Autónomas, garantindo desta forma uma cobertura distrital no território nacional de 67% (Sani, 2011:296), sendo que o salto quantitativo quanto à existência de casas de abrigo deu-se no ano de 2000. As entidades gestoras das casas de abrigo são, na sua maioria, IPSS, do ponto de vista jurídico, e em menor número, organizações não governamentais e instituições equiparadas a IPSS's.

Após o incremento das casas de abrigo em Portugal, deu-se a uniformização de procedimentos e normas que estas devem respeitar e adoptar³⁶. Para tipificar o funcionamento e as directrizes pelas quais as casas de abrigo se devem guiar seguiu-se a Lei n.º 1/2006 de 25 de Janeiro. Esta Lei regula as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas de abrigo, introduzindo, também, um conjunto de normas pelas quais estas se deverão reger. Pretende-se, desta forma, proceder a uma uniformização de intervenção no apoio para com as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.

Segue-se um mapa de Portugal com as respectivas casas de abrigo por Distrito.

³⁵ De acordo com o Relatório de Execução do III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (CIG, 2010)

³⁶ Este regime operou-se pelo Decreto-Lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro.



Fonte: CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - Presidência do Conselho de Ministros

2.3.2 Funcionamento das casas de abrigo

O ingresso da vítima numa casa de abrigo dá-se em situações de especial violência em que as vítimas, após um processo de tomada de decisão, operam a ruptura com a relação abusiva que têm vindo a vivenciar. O abandono do lar dá-se de forma repentina ou mesmo premeditada, isto ocorre quando a aceitação ou permissividade da vítima perante os episódios violentos atinge o limite e o ingresso na casa de abrigo é resultado da ausência de apoios familiares, afectivos ou de sociabilidade. A esta decisão, à qual é inerente a tomada de decisão própria de cada vítima e à qual obviamente é contemplada por certa subjectividade, é necessário assistir com recursos sociais, ou seja, o acesso da vítima a casas de abrigo (Coutinho, 2008).

As casas de abrigo resolvem somente uma resposta social de acolhimento temporário que vêm solucionar a questão de alojamento da(s) vítima(s). A entrada na casa de abrigo é como que um novo desafio para a vítima, o confronto com o desconhecido.

³⁷ Este foi o mapa mais actualizado que nos foi disponibilizado, sendo que o mesmo conta com 34 casas de abrigo e actualmente verifica-se a existência de mais uma casa de abrigo.

Em causa não está somente o encontrar de um lugar para ficar, mas sim o ponto de partida para o enfrentar de novo desafios que se colocarão no futuro.

A casa de abrigo deve ser muito mais que uma solução de urgência para a vítima. Há que ter em conta a situação de vulnerabilidade e fragilidade, tanto física como psicológica, e bem assim o receio do futuro e a sensação de fracasso patente no seu íntimo, e concluir que a casa de abrigo deve contribuir para alterar a situação de cada vítima de violência doméstica que a esta recorre. As casas de abrigo devem garantir o apoio à reorganização da vida das vítimas acolhidas, visando a respectiva reinserção familiar, social e profissional (Cfr. o n.º 3, do art. 8.º, do Decreto regulamentar n.º 1/2006 de 25 de Janeiro). A segurança das vítimas, mulheres e crianças, é prioridade e prova disto é o facto da impossibilidade da vítima contactar com o agressor.

A entrada numa casa de abrigo e consequente saída da casa partilhada com o agressor é visto por algumas vítimas como uma “declaração de independência”, por constatarem que quebraram a relação abusiva que até ao momento tinham vivido. Ao abandonarem o seu lar e ao afastar-se do agressor, a vítima da relação abusiva acredita que deixa de o ser, devido a libertação de anos de violência e opressão (Loseke, 1992).

Segundo Lawless, uma casa de abrigo é tanto um espaço de recobro como de reconstrução individual e, desta forma, a mudança deverá ser projectada a longo prazo e de forma multifacetada, isto porque mais importante que ter um espaço para residir é ter como subsistir.

2.3.3 Dificuldades na prática interventiva

As casas de abrigo são, sem dúvida, uma excelente resposta social para as vítimas de violência doméstica, no entanto deparam-se com grandes constrangimentos e dificuldades, inerentes às condições sociais, económicas e políticas específicas em que operam. É inegável a importância do trabalho desenvolvido pelas casas de abrigo, no entanto, estas e quem nelas exerça funções, deparam-se com inúmeras dificuldades na sua intervenção.

Uma das grandes dificuldades, senão a grande dificuldade existente, é a obtenção de vagas nas casas de abrigo para as vítimas de violência doméstica (Coutinho e Sani, 2011:300). A vítima é submetida a um período de espera, que tendo em conta cada situação representa uma ameaça à sua integridade física e psicológica. Esta dificuldade

verifica-se não só ao nível do acolhimento prolongado como também ao nível do acolhimento de emergência.

A lei, reconhecendo esta lacuna, prevê que, em situações de emergência, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica possam ser acolhidos por indicação das forças de segurança e sem a obrigatoriedade da realização do diagnóstico prévio. Porém, encontrada uma forma de ultrapassar a dificuldade de ausência de vagas nas casas de abrigo, voltam estas a deparar-se com outra, pois além de o acolhimento de emergência não estar previsto como uma função destas, este acolhimento, efectuado sem a realização do diagnóstico prévio pode conduzir ao acolhimento de situações problemáticas associadas ao consumo de álcool, estupefacientes ou mesmo a doença mental e para as quais as casas de abrigo não se encontram devidamente equipadas, não dando uma resposta adequada a situações deste género, que, por consequência, vão perturbar o normal funcionamento destas (Coutinho e Sani, 2011:300).

Outro aspecto onde se verificam dificuldades é no limite temporal de permanência nas casas de abrigo (seis meses). O Decreto Regulamentar n.º 1 de/2006, de 25 de Janeiro prevê nos n.ºs 1 e 2 do artigo 9.º o prorrogamento a título excepcional da permanência nas casas de abrigo. No entanto, a grande dificuldade prende-se com o facto de, na maioria dos casos, as vítimas se encontrarem numa situação de dificuldade socioeconómica, o que lhes impossibilita a sua autonomia aquando da saída da casa de abrigo no período regulamentado.

A acrescentar ao facto de muitas das vítimas se encontrarem numa situação de precariedade, estas deparam-se com a inexistência de uma rede de suporte efectiva, pois, por razões de segurança, são colocadas em casas de abrigo distantes da sua zona de origem. Pelo exposto, outro obstáculo, neste aspecto, é a dificuldade que as vítimas sentem, devido à morosidade das decisões judiciais, para retornarem em condições de segurança aos seus locais de origem, onde dispõem de uma rede de suporte social e familiar (Coutinho e Sani, 2011:301).

A quebra de confidencialidade acerca do paradeiro das vítimas de violência doméstica é dos aspectos mais importantes do acolhimento em casa de abrigo e onde se verificam também deficiências. A quebra de confidencialidade dá-se inúmeras vezes na sequência dos procedimentos inerentes à resolução das questões que levam ao acolhimento, tais como a colocação/transferência de estabelecimento de ensino dos menores ou eventualmente na sequência de decisões judiciais que promovem o contacto

entre vítimas e agressores, obstruindo e dificultando a função e acção das casas de abrigo (Coutinho e Sani, 2011:301).

2.3.4 Importância das casas de abrigo

O acolhimento em casas de abrigo constitui uma resposta essencial no combate à violência doméstica. Trata-se de uma resposta social, psicológica e jurídica ao crime de violência doméstica. É uma medida frequentemente utilizada nas situações mais gravosas e constitui um passo essencial para que exista uma resposta completa e útil à população vítima deste crime (Coutinho e Sani, 2011:303).

O acolhimento em casas de abrigo é sem dúvida um esforço na protecção de um grupo especialmente vitimizado, também pelo facto de que a violência experienciada pelas mulheres que ingressam em casas de abrigo ser de extrema severidade comparativamente àquelas que se mantêm na relação abusiva³⁸.

A casa de abrigo vem possibilitar a ruptura, da mulher ou mulher e criança, com a situação de vitimação, criando forma de construir a independência da vítima, emocional e social através do apoio e auxílio das equipas técnicas que constituem as casas de abrigo.

2.3.5 Justiça Restaurativa

A justiça restaurativa é uma corrente que surgiu na década de setenta nas áreas da criminologia e vitimologia. Assume-se essencialmente pela promoção dos principais interessados, ou seja, a vítima e o infractor. A denominada justiça restaurativa assenta no estabelecimento de um processo que permite à vítima transmitir ao infractor o sofrimento causado em virtude do crime assim como proporciona ao infractor a possibilidade de assumir perante a vítima a responsabilidade pelo dano causado (Marques, 2011:269).

O sistema de justiça tradicional concebe o acto criminoso como um conflito entre o Estado e o infractor e tem natureza retributiva, sendo que centra as suas respostas no acto criminoso (Marques, 2011:271). Segundo o mesmo Autor, se pensarmos em qual será a finalidade da punição, há questões que se levantam: Reabilitar e promover a alteração do

³⁸ A média dos actos violentos experienciados pelas mulheres em Casas Abrigo é três vezes mais elevada (Strauss cit. por Norwood & Ezell, 2001), mais de metade das mulheres em acolhimento foram frequentemente ameaçadas de morte pelo parceiro (Jouriles & McDonald cit. por Norwood & Ezell, 2001), experienciaram abuso físico e sexual pelo menos uma vez por mês e uma considerável percentagem experienciou diariamente abuso emocional e verbal.

comportamento do infractor? Inibir outros de praticarem crimes? Afastar, ainda que temporariamente, o infractor da sociedade, com o objectivo de protecção desta última? O mesmo define que qualquer que seja a finalidade que se pretende obter, raramente esta é alcançada. O Autor define ainda que a grande lacuna no modelo judicial corrente é o escasso envolvimento das vítimas, e é neste aspecto que se centra a justiça restaurativa.

Importa, então, definir a justiça restaurativa. Segundo Marshal (1999:5) constitui “um processo através do qual as partes envolvidas num crime decidem em conjunto como lidar com os efeitos deste e com as suas consequências futuras”. Ou seja, é uma forma de ver o crime não como pura e simplesmente uma violação da lei, mas como causador de danos às vítimas, à comunidade e aos próprios infractores. Segundo Marques (2005:273), esta modalidade de justiça centra-se na participação activa das vítimas, agressores e comunidades juntando estes actores e procurando identificar a injustiça praticada, o dano resultante, os passos necessários para a sua reparação e as acções que poderão, no futuro, reduzir a probabilidade da ocorrência de novos crimes.

2.3.6 Actuação da Justiça Restaurativa

Já deixamos presente no nosso trabalho que na perspectiva da justiça restaurativa não é o Estado que assume papel de “vítima principal”, mas coloca as vítimas e infractores como actores principais do conflito. As traves mestras deste conceito de justiça são a participação e a restauração, tanto da vítima como do infractor (Marques, 2011:278). Desta forma, a justiça restaurativa acentua a importância da vítima no processo, exige o reconhecimento da responsabilidade pelos infractores perante as suas vítimas, encoraja a comunidade a envolver-se na responsabilização do infractor, coloca sobre o infractor o ónus da responsabilidade no infractor pelo seu comportamento e procura encontrar formas que levem à reparação do seu comportamento, reconhecendo a responsabilidade da comunidade pelas condições sociais que contribuíram para a conduta do infractor (Marques, 2011:279).

Segundo o Autor, a justiça restaurativa atende a quatro características essenciais. O contacto, a reparação, a reintegração e a inclusão. No primeiro ponto, dá-se o contacto entre a vítima e o infractor, este encontro não é obrigatoriamente pessoal, pode ser por escrito ou por vídeo, onde a vítima e o infractor revelam o sofrimento sentido (pela vítima) e o sofrimento infligido (pelo infractor). Este encontro pode gerar no íntimo da vítima a

sensação de estar a voltar à situação de submissão a que foi sujeita, em prejuízo da recuperação psicológica que se pretende, daí que, é nosso entendimento, que para a aplicação da justiça restaurativa a crimes de violência doméstica tinha que se calcular a gravidade da situação e a disponibilidade da vítima para o encontro, sendo estes factores indispensáveis para a possível aplicação.

O segundo ponto trata da reparação, cuja finalidade é a reparação do dano causado pelo crime, através de um pedido desculpa, ou preferencialmente, na nossa opinião, através da mudança de comportamento. Segundo o Autor, nestes casos, é importante a monitorização destes esforços. Quanto à reintegração, esta consiste na demonstração de respeito pela comunidade tanto para com a vítima como para com o infractor e num suporte moral através de estruturas que proporcionem esse apoio para que se ultrapassem os efeitos nefastos do crime. Quanto ao quarto e último ponto, a inclusão é baseada na participação de todas as partes no processo restaurativo, vítima, infractor e comunidade.

Para culminar este ponto, transmitimos a nossa opinião acerca do modelo de justiça restaurativa. Parece-nos que esta resposta social de confrontar o infractor com a vítima, no sentido de que aquele se possa redimir para com esta, é uma tentativa de incutir no infractor a gravidade do crime por ele cometido. No entanto, num crime como o de violência doméstica, é de todo credível que a vítima tenha sérias dificuldades em confrontar o infractor, mais difícil ainda nos parece que a vítima pretendesse que a comunidade participasse do processo restaurativo. Este é um método que poderia ser aplicado à violência doméstica, porém, somente atendendo à situação em particular, uma vítima de violência doméstica tem dificuldade em reviver as agressões e confrontar o agressor, logo, é nossa opinião que a aplicar ao crime de violência doméstica seria necessário ajustar o método da justiça restaurativa a cada situação de forma muito própria, correndo o risco de adulterar o conceito e o modelo da justiça restaurativa.

Capítulo 3 – Violência doméstica – estudo exploratório sobre a avaliação de risco na prevenção da violência doméstica

3.1 Justificação do Estudo

É atribuído uma grande notoriedade ao crime de violência doméstica, no contexto actual. Pode-se constatar através as constantes medidas de intervenção por parte dos mais diversos organismos, assim como das próprias forças de segurança. Vislumbre disto são os números que este crime tem vindo a alcançar em Portugal (DGAI, 2012), que apesar da redução (o crime de violência doméstica era o terceiro crime mais registado em Portugal no ano de 2010, sendo actualmente o quinto mais registado) atinge números elevados.

Os constantes esforços desenvolvidos por entidades públicas e privadas na criação de meios de apoio às vítimas de violência doméstica tem criado uma certa notoriedade quanto a este crime, tanto para com a população como para com os próprios intervenientes no crime – a vítima e o agressor –, verificando-se uma redução no número de cifras negras.

Ao verificarmos a literatura referente ao crime de violência doméstica, denotamos que o risco de vitimação se dá nos momentos seguintes ao rompimento da relação (por parte da vítima) ou após a denúncia às autoridades policiais. Os motivos que levam a este acontecimento são dúbios. No entanto, no contexto actual as medidas policiais deixaram de se concentrar somente na protecção e acompanhamento da vítima, passando também a focar-se no acompanhamento do agressor. Diga-se que apesar de não se colocar o agressor num segundo plano, existindo já um acompanhamento deste, continua a não se verificar para com este a atenção desejada.

Importa-nos saber se o agressor tem noção de que o cometimento deste crime implica o seu acompanhamento por parte das forças de segurança, actuando estas entidades competentes de forma preventiva, coagindo, de certa forma, o agressor para que o crime não se volte a repetir. Assim, é relevante perceber se a vítima de violência doméstica é acompanhada pelas EPAV's, de acordo com o estabelecido no novo método da avaliação de risco para as vítimas do supracitado crime. Pretendemos analisar o actual procedimento policial aplicado, verificando se as forças de segurança actuam eficazmente

no que toca à revitimação. Desta forma os objectivos que pretendemos atingir com a realização deste trabalho são os que a seguir enunciamos:

- ▶ Percepcionar algumas das dificuldades sentidas pelos profissionais da PSP na prevenção deste fenómeno criminal;
- ▶ Perceber se os profissionais da PSP efectuam um acompanhamento da vítima de violência doméstica e se estão sensibilizados para os cuidados a ter com esta;
- ▶ Estudar se existe um acompanhamento ao agressor por parte da PSP;
- ▶ Percepção por parte dos profissionais da PSP no que à revitimação das vítimas de violência doméstica concerne;
- ▶ Apreender se a avaliação de risco está a ser aplicada de acordo com os procedimentos estabelecidos.

Procuramos, desta forma, contribuir para uma análise da actuação policial no terreno, designadamente no combate ao crime de violência doméstica, que apesar da notoriedade que tem vindo a ganhar, continua a verificar-se no seio da sociedade portuguesa, mantendo números de ocorrências elevadíssimos.

3.2 Metodologia

No intuito de alcançar os nossos objectivos utilizamos uma vertente metodológica qualitativa, onde se realizou entrevistas³⁹ de intuito exploratório, a pessoas que consideramos informadores qualificados devido à função exercida na sua área profissional. Tais entrevistas reflectem as opiniões e percepções dos entrevistados quanto à repressão e prevenção do crime de violência doméstica.

Mais concretamente, as entrevistas utilizadas foram semi-estruturadas como meio de recolha de informação, cujo objectivo foi o de procurar conhecimento sobre os mecanismos de resposta policial às situações de violência doméstica. Através deste método qualitativo, é possível obter conhecimento de situações presenciadas pelos entrevistados, no decorrer das suas funções. Deste modo, foi possível uma permuta espontânea de pontos de vista, sendo a entrevista orientada por um guião cuja finalidade é a de obter conhecimentos testáveis (Kvale, 1996:6 cit. *in* Dias, 2004:243).

³⁹ Para mais detalhes acerca do guião da entrevista e respectivas entrevistas, consultar anexos.

Com este tipo de investigação privilegiámos a qualidade da informação, perante informadores qualificados, experientes e capazes de nos responderem às necessidades em estudo e aos objectivos traçados neste. Não procurámos, através deste tipo de investigação, qualquer tipo de representatividade, ao invés do que acontece com os métodos quantitativos (geralmente baseados em inquéritos e questionários) que procuram alcançar tal objectivo (Espírito Santo, 2010:31).

O nosso intuito foi o de tentar perceber a forma de actuação dos elementos que lidam directamente com as situações de violência doméstica, sendo estes, a primeira linha de contacto institucional das vítimas.

As entrevistas aplicadas foram realizadas individualmente, de modo a permitir ao entrevistador obter uma melhor percepção das opiniões individuais de cada entrevistado (Reis, 2010:86), existindo, igualmente, a possibilidade de os entrevistados discursarem livremente, beneficiando o entrevistador e o estudo em questão. Desta forma, os entrevistados puderam, mais facilmente, relatar situações vivenciadas relacionadas com o tema em estudo.

A construção do guião obedeceu aos objectivos específicos do trabalho, sendo estes constituídos por perguntas simples e claras e, obviamente, não tendenciosas. Iniciou-se a entrevista com questões de índole geral, de forma a estabelecer uma relação de empatia e confiança entre o entrevistado e o entrevistador, sendo que as questões foram progredindo para aspectos mais específicos (Espírito Santo, 2010:30). Este método foi composto por questões que foram encadeadas da seguinte forma: a experiência profissional; a percepção do fenómeno criminal; a actuação policial; a actuação policial pós-vitimação; e, por fim, as considerações finais.

Para a realização do nosso estudo entrevistamos seis elementos policiais, sendo que foram escolhidos tendo em conta as suas funções de reacção, prevenção, atendimento e acompanhamento da vítima, tal como a sua vasta experiência no que toca ao crime de violência doméstica. Desta forma, com o intuito de captar informação de qualidade quanto ao combate, prevenção e dificuldades relativamente ao crime de violência doméstica e, subsequentemente à aplicação da avaliação de risco, seleccionámos para a entrevista, numa perspectiva de actuação ao nível de esquadra policial de competência genérica, quatro elementos adstritos ao MIPP pertencentes ao efectivo da 30.^a Esquadra, da 4.^a Divisão, do COMETLIS, por ser uma área onde se verificou, no decorrer do estágio prático – parte integrante do Curso de Formação de Oficiais de Polícia –, evidências de determinadas situações de violência doméstica. Não obstante esta esquadra se encontrar

junto a um Órgão de Soberania (Assembleia da República), a área de intervenção/jurisdição desta esquadra é rica em zonas essencialmente residenciais, onde se verificam inúmeras situações de violência doméstica. Os elementos pertencentes ao MIPP que foram alvo de entrevista, foram seleccionados devido ao decorrer das suas funções, nomeadamente na prevenção da violência doméstica, no apoio às vítimas deste crime, assim como no acompanhamento pós-vitimação. Foram realizados, também, duas entrevistas a dois graduados de serviço da supracitada esquadra. Estes entrevistados foram seleccionados devido ao seu papel de coordenação e de gestão dos elementos operacionais do turno de serviço correspondente ao seu horário de serviço, pois revelam-se como elementos com vasta experiência no serviço de esquadra e no meio policial. Tais elementos, são considerados, inclusive pela sua função no seio da esquadra, os elementos policiais a quem é reconhecida uma vasta experiência e quem se recorre na resolução das mais variadas ocorrências, onde se inclui, evidentemente, o crime de violência doméstica.

Não obstante, os graduados de serviço, são os elementos que estão à *banca*, ou seja, quando o cidadão entra em contacto com a esquadra, são estes que relatam a ocorrência em questão, revelando um grande sentimento de responsabilidade. Desta forma, estes elementos também se deparam com o crime de violência doméstica, sendo, por vezes, a primeira linha de contacto por parte da vítima ou com quem reporta o crime de violência doméstica.

3.3 Apresentação de resultados

3.3.1 Objectivo 1.º - Identificar dificuldades sentidas pelos profissionais da PSP na prevenção deste fenómeno criminal

Através das entrevistas efectuadas verificámos que são várias as dificuldades sentidas pelos elementos policiais quando confrontados com ocorrências de violências domésticas. Sendo que estas dificuldades se prendem com a actividade policial em si, também se verificam dificuldades que se devem ao receio da vítima em denunciar o agressor. Uma das grandes dificuldades sentidas pelos elementos policiais foi a de efectuar a detenção do agressor: “(...) é muito difícil apanhar o agressor em flagrante delito para que se possa fazer a detenção, (...) se vamos ao local a agressão já ocorreu, já não apanhamos o agressor em flagrante.” (Vide E1, P6); “Na maior parte das vezes apenas a

sua identificação, uma vez que raras são as vezes em que este tipo de crime é presenciado.” (Vide E4, P11); “A detenção neste crime é muito difícil de acontecer, nunca fiz uma detenção por violência doméstica.” (Vide E5, P6).

Outra das dificuldades sentidas pelos elementos adstritos às EPAV's é o facto de estes serem desviados para outros serviços: “na maior parte do tempo o pessoal das EPAV's estão concentrados em outros tipos de policiamentos como Operações STOP, Manifestações, etc.” (Vide E3, P14); “Na medida do possível sim, mas tenho noção de que são muitas vezes utilizadas para outros serviços (...)” (Vide E4, P14).

As dificuldades que se relacionam com a vítima prendem-se, maioritariamente, com o factor vergonha, nomeadamente em se assumir como vítima e com o receio em denunciar o agressor: “verifica-se medo por parte da vítima em assumir esse facto (agressão).” (Vide E3, P18); “para a vítima poderá ser considerado embaraçoso o facto de estar a partilhar uma situação muito íntima e pessoal.” (E4, P9); “devido a ser um crime que na maioria das vezes ocorre no seio familiar, existem muitas reticências à sua denúncia por parte das vítimas devido a vergonha, medo de represálias (...)” (Vide E5, P3); “é difícil para a vítima, existe medo da vítima que os vizinhos e familiares tenham conhecimento da situação em que vive.” (Vide E5, P4); e casos há, em que a vítima simplesmente não se quer afastar do agressor: “tenho conhecimento de um caso em que o filho agrediu a mãe e o tribunal decretou que ele se afastasse da mãe, no entanto a mãe quer que o filho volte para casa,” (Vide E1, P17).

3.3.2 Perceber se os profissionais da PSP efectuam um acompanhamento da vítima de violência doméstica e se estão sensibilizados para os seus cuidados

A questão do tratamento que a vítima recebe por parte das forças de segurança, sendo os profissionais da PSP, geralmente, os primeiros elementos a lidar com a vítima de violência doméstica é, em nosso parecer, fundamental.

A forma de acompanhar e orientar a vítima é extremamente importante. Subsequentemente, verificámos que há, efectivamente, uma preocupação dos elementos policiais para com a vítima, onde há uma procura em “deslocar a vítima para um local reservado de modo a proporcionar-lhe algum conforto de modo a que a mesma se sinta segura.” (Vide E1, P8); “Ver se existem menores, filhos ou crianças envolvidas, idosos debilitados ou não” (Vide E2, P5); “Deslocar a vítima para a sala de apoio à vítima, que é um lugar mais reservado, não fica tão exposta.” (Vide E2, P8); “Tentamos proporcionar-

lhe algum conforto e transmitir-lhe alguma segurança, depois é deixar a vítima falar sem a interromper, e manter uma postura digna com alguma sensibilidade.” (Vide E2, P8); “não deve ser sempre o mesmo elemento (...) a fazer a reavaliação, contudo deve-se ter em conta caso a caso, sendo que algumas vítimas não se sentem muito confortáveis, a falar sobre o assunto em causa e quando é o mesmo elemento por vezes a situação torna-se mais fácil para a vítima.” (E2, P9); “Verificar se existem crianças, ou pessoas dependentes dos envolvidos, visto serem os mais prejudicados no meio disto tudo” (Vide E3, P5) “Colocar a vítima num local reservado para que a mesma se sinta mais a vontade, se possível numa sala de apoio à vítima.” (Vide E3, P8); “deve-se tentar afastar o agressor da vítima. Se for um caso muito grave pede-se o afastamento imediato da vítima.” (Vide E3, P11); “Transmitir um sentimento de segurança à vítima, e tentar tranquilizá-la dizendo-lhe que está a tomar a atitude correcta, para que a sua situação seja resolvida.” (Vide E4, P5); “Tentar (à vítima) dar-lhe um atendimento o mais personalizado e reservado possível.” (Vide E4, P8); “Salvaguardar a vítima” (Vide E5, P5); “prestar dentro das nossas incumbências apoio moral, podemos dizer que de alguma forma damos um ombro para apoiar a vítima.” (Vide E5, P8).

3.3.3 Percepcionar se existe um acompanhamento ao agressor por parte da PSP

Pretendemos percepcionar se existe um acompanhamento por parte da PSP aos agressores no crime de violência doméstica. Constatou-se, efectivamente, que não se efectua qualquer tipo de acompanhamento relativamente ao agressor: “não se faz qualquer acompanhamento, (...) no MIPP apenas temos como função fazer um acompanhamento da vítima.” (Vide E1, P11); “É efectuado (intervenção junto do agressor), mas não há muito que se possa fazer, simplesmente tentamos identificar o agressor e pouco mais se pode fazer.” (Vide E2, P11); “Só faço acompanhamento da vítima, quanto ao agressor depois de ser identificado não se faz mais nada, não é alvo de qualquer acompanhamento da nossa parte.” (Vide E3, P11); “Na maior parte das vezes apenas a sua identificação (agressor), (...)” (Vide E4, P11).

3.3.4 Percepção dos profissionais da PSP na revitimação das vítimas de violência doméstica

Sendo os elementos policiais a primeira linha de contacto com as vítimas de violência doméstica, quisemos ter conhecimento das suas percepções, no que concerne à primeira denúncia e se após a aplicação da avaliação de risco e efectuado o plano de segurança para a vítima, esta voltava a ser vítima de violência doméstica ou se, por sua vez, o agressor cessava o acto criminoso.

Através das respostas dos entrevistados, constatou-se que a opinião dos elementos não é uníssona, pois há uma percepção generalizada que, em casos mais graves, as medidas aplicadas não solucionam a situação de violência doméstica: “Não (evita nova agressão), pois na maior parte das vezes as medidas aplicadas não são as mais adequadas.” (Vide E3, P17); “há casos em que a vítima volta a ser agredida,” (Vide E3, P18); “Na minha opinião não evitam (nova agressão), em alguns casos as medidas aplicadas funcionam, porém há sempre casos mais complicados e nesses as medidas que podem ser aplicadas não evitam que o agressor volte a agredir a vítima.” (Vide E4, P17); “Sim, tenho noção que em certos casos a vítima volta a ser agredida, há vítimas que denunciam o mesmo agressor mais que uma vez.” (Vide E4, P18); “Por vezes (a vítima volta a ser agredida). Pois existem situações mais sensíveis em que a situação é recorrente.” (Vide E5, P18).

3.3.5 Perceber se a avaliação de risco está a ser aplicada de acordo com os procedimentos estabelecidos

A avaliação de risco pretende descortinar a gravidade de cada caso de violência doméstica denunciado às autoridades. Um dos objectivos do nosso trabalho é compreender se a avaliação de risco relativa ao crime de violência doméstica está a ser aplicado correctamente e de acordo com os procedimentos estabelecidos. Através das entrevistas apercebemo-nos que a avaliação de risco está efectivamente a ser aplicada de acordo com o estipulado e que os elementos policiais têm conhecimento dos procedimentos a adoptar: “Nem todos os prazos estabelecidos se revelam na realidade os mais correctos. Sim, os prazos são aplicados. O problema é que por vezes o elemento que faz a avaliação de risco tem de tentar perceber se os valores obtidos e os prazos que daí surgem correspondem à realidade.” (Vide E1, P10); “O elemento que faz a avaliação de risco tem de perceber se os

prazos são os mais correctos consoante a gravidade do caso. Sim, claro que são aplicados.” (Vide E2, P10); “aplicamos sempre os prazos que resultam da avaliação de risco.” (Vide E3, P10); “São adequados e além disso quem efectua a avaliação de risco tem o poder de alterar o resultado da avaliação de risco se perceber que a situação não corresponde à realidade que o elemento conhece. Se ele souber que está perante um caso que não é muito grave, ou então que é muito grave mas o resultado for diferente pode-se alterar os valores e os prazos da reavaliação dependendo do conhecimento do elemento acerca daquele caso em particular.” (Vide E4, P10); “Nem sempre correspondem à realidade, mas são aplicados.” (Vide E5, P10). Verificámos também que se aplicam, além da avaliação de risco os restantes passos aquando da denúncia de violência doméstica: “Efectuar a respectiva denúncia, avaliação de risco, aplicar o estatuto da vítima, efectuar uma notificação para o INML se a vítima sofreu agressões físicas, notificação dos Artigos 75 e seguintes, efectuar um plano de Segurança, posteriormente efectua-se a segunda avaliação de risco pelas EPAV’s. (...) quando o elemento vai ao local ou quando a vítima se desloca à esquadra efectua-se reportagem fotográfica se necessário, entre outras diligências que se afigurem necessárias.” (Vide E4, P8).

3.4 Discussão de Resultados

Como se pode constatar ao longo das entrevistas efectuadas, constatou-se nos elementos policiais uma constante consciencialização e preocupação para com as vítimas de violência doméstica. Assim percebemos que os mesmos se encontram sensibilizados para com o estado, segurança e sentimentos da vítima.

Quanto às dificuldades percebidas pelos profissionais da PSP entrevistados, foi revelador através dos testemunhos os obstáculos sentidos por estes em efectuar a detenção em flagrante delito, o que transmite, em nossa opinião, um sentimento de impunidade do agressor. Prova disto é que o mesmo agressor é denunciado mais que uma vez às forças de segurança e ainda assim estas pouco mais podem fazer que identificar o agressor. Esta revela ser uma grande dificuldade no combate e prevenção ao crime de violência doméstica.

Outra dificuldade sentida ao nível das EPAV’s é o facto de estas serem desviadas para outras funções que não somente aquelas que lhes estão destinadas, pois desta forma não podem prestar um melhor acompanhamento e encaminhamento das vítimas. Outro

factor que dificulta a actuação policial na prevenção deste fenómeno criminal é a ausência de acompanhamento que se verifica relativamente ao agressor. Havendo um acompanhamento do agressor estar-se-ia a marcar uma presença constante junto deste, o que, na nossa opinião, iria desencorajá-lo e desmotivá-lo, originando uma possível perda do sentimento de impunidade, sentimento este, que resulta da sua simples identificação aquando de ocorrências relacionados com este tipo de ilícito criminal.

Constatamos que os profissionais da PSP aplicam e possuem conhecimento de como aplicar a avaliação de risco em ocorrências de violência doméstica, sendo que, como se pode verificar através das entrevistas, os mesmos ao aplicarem a avaliação de risco a uma vítima de violência doméstica e no caso do resultado desta avaliação não corresponder à percepção que o elemento policial tem de determinado caso este pode alterar o risco inerente àquela situação assim como o prazo para se efectuar a reavaliação do risco.

Considerações finais

O crime de violência doméstica é um crime substancialmente difícil de prevenir por se verificar no interior do lar, onde supostamente as vítimas deveriam encontrar o seu espaço de repouso e conforto. Tem vindo a verificar-se, nos últimos dois anos, um decréscimo no número de participações do crime de violência doméstica às forças de segurança, não obstante este é um fenómeno de grande visibilidade para o qual se têm construído esforços, desenvolvidos por vários organismos, que têm contribuído, sobremaneira, para a redução das cifras negras. O objectivo tem vindo a ser alcançado, através da redução destas cifras negras, assim como da redução das participações de ocorrências de violência doméstica. Porém, o facto de haver uma redução no número de participações não significa que existam menos crimes. Apesar de sabermos que existem factores, que em muitos casos, inibem a vítima de denunciar, existe cada vez menos um maior receio ou vergonha das vítimas em denunciar o agressor; o próprio homem, enquanto vítima de violência doméstica tem vindo a perder o receio de se assumir como vítima. No entanto, ainda há um grande caminho a trilhar. As melhorias verificadas são um longo caminho a percorrer, mas é regra ainda, devido à particularidade do crime de violência doméstica e da relação entre a vítima e o agressor, que, independentemente dos casos denunciados e depois de accionados os mecanismos de apoio estadual e de instituições não governamentais, muitas vítimas continuem sem conseguir colocar um ponto final na relação abusiva, levando ainda a muitas agressões e, em casos extremos, a homicídios.

A avaliação de risco implementada pelas forças de segurança é uma arma para combater o crime de violência doméstica, porém, através dos dados estatísticos existentes, da literatura e das entrevistas realizadas foi-nos possível percepcionar que a dificuldade em combater este crime poderá dever-se: à dificuldade da detenção do indivíduo agressor; ao receio e vergonha da vítima de se assumir como tal; à ligação que existe entre os intervenientes neste crime, vítima e agressor; ao facto de a vítima poder depender economicamente do agressor e este, por norma, usar das mais variadas formas de violência para coagir a vítima a não efectuar a denúncia; à colocação das EPAV's em funções e serviços que não aqueles para que foram criados, impedindo assim que exista um bom acompanhamento da vítima; ou mesmo ao sentimento de impunidade do agressor perante o crime cometido e, em inúmeras situações, repetido.

Assim, aquando do conhecimento do crime, importa que as forças de segurança, em nossa opinião, além de um correcto acompanhamento da vítima, façam também um acompanhamento do agressor, de modo a desmoralizá-lo, para que o mesmo se sinta observado e ao mesmo tempo pressionado, de certa forma coagido, a não voltar a cometer o crime. Essencialmente, a avaliação de risco tem como função uma maior proximidade e acompanhamento das EPAV's à vítima, no entanto, através das entrevistas efectuadas verificámos que estas, como já referido, são inúmeras vezes, desviadas para outros serviços que não aqueles para os quais foram criadas. Desta forma cria-se um fosso, difícil de transpor, quanto ao objectivo primordial da avaliação de risco que é criar uma proximidade destas equipas para com a vítima, assim como o seu acompanhamento e encaminhamento. Concluimos, então, que a avaliação de risco e as reavaliações inerentes à mesma são, evidentemente, uma arma aperfeiçoada para o combate ao crime de violência doméstica, no entanto, para alcançar o seu real objectivo terá que se proceder a algumas mudanças na forma como estão a operar, ou seja, as EPAV's deviam somente abordar e trabalhar na área e funções que lhes foram incumbidas aquando da sua criação, efectuando um correcto acompanhamento da vítima. Sendo que é nossa opinião que o próprio agressor deveria, também, ser alvo de um acompanhamento próximo, basicamente uma supervisão exercida sobre o agressor procurando, assim, dissuadi-lo de cometer novas agressões. É assim de todo relevante, em nossa opinião, que as medidas e procedimentos policiais adoptados no combate e prevenção do crime de violência doméstica não se concentrem somente na vítima; a solução passa pela criação de procedimentos policiais, além dos existentes na avaliação de risco para com a vítima, que se direccionem especificamente ao agressor.

Reafirmamos que a avaliação de risco aplicada à vítima de violência doméstica pelas forças de segurança é e representa o caminho a seguir, ainda que se denote, em nossa opinião, a necessidade desta trabalhar tanto para com a vítima como para com o agressor. Para com a vítima, no sentido de lhe prestar apoio e retirá-la da relação abusiva; para com o agressor, não só trabalhar tendo em vista a sua punição, mas também em prol deste e do seu acompanhamento e encaminhamento, e para isto é necessário colocar as EPAV's nas funções que lhes competem. Ou seja, a avaliação de risco é o caminho, porém, ainda por aperfeiçoar.

Para finalizar, terminamos com a crença que, independentemente dos programas estaduais, dos esforços desenvolvidos pelas forças de segurança e por inúmeras instituições sociais, a verdadeira forma de combate a um crime intemporal é, precisamente

trabalhar neste aspecto e transformar este fenómeno num crime do passado. Trabalhando e moldando a percepção de ideias e preconceitos criados, enraizados e perpetuados na sociedade em que vivemos. E, nesse sentido, a nosso ver, as forças de segurança têm um papel nuclear, são uma peça fundamental, tanto na prevenção deste crime, no seu combate em períodos de maior risco de agressão assim como na procura de um acompanhamento, essencial, e eficaz da vítima e do agressor. A par de outras formas de combate a este crime, e apesar de necessitar de certas alterações, a avaliação de risco aplicada no crime de violência doméstica, é, em nossa opinião, uma ferramenta essencial para um combate eficaz a este fenómeno.

Bibliografia

Albuquerque, Paulo Pinto de (2010), *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos Humanos*. 2.^a Edição.

Lisboa: Universidade Católica Editora.

Breyner, Gonçalo de Mello, “Novos rumos do direito da família. Responsabilidades parentais” *In* Luís Miguel Larcher (Coord.), *A Violência Sobre Crianças*, Lisboa, arcádia, 2012, pp. 207-224.

Canotilho, J. J. Gomes, **Moreira**, Vital (2007), *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 4.^a Edição revista. Coimbra: Coimbra Editora, Vol. I.

Carmo, Rui (2010), “A justiça e o abuso de crianças e jovens. Um caminho em constante construção” *in* Teresa Magalhães (Coord.), *Abuso de Crianças e Jovens – Da suspeita ao diagnóstico*, Lisboa – Porto, Lidel – edições técnicas, lda., pp. 189-203.

Cavaleiro, Rodrigo (2003), *O Fenómeno da Revitimação – Numa Perspectiva Policial*, trabalho final de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSP.

Costa, Dália (2005), *Percepção Social de Mulher Vítima de Violência Conjugal – Estudo Exploratório Realizado no Concelho de Lisboa*, trabalho final de Mestrado, Lisboa, ISCSP.

Dias, Isabel, “Violência doméstica e justiça” *in* *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, 2010, pp. 245-262.

Dias, Isabel (2004), *Violência na Família – Uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento.

Elias, Luís, “Perspectivas Policiais sobre a Violência Doméstica”, *in* Manuel Valente (Coord.), *Reuniões e Manifestações – Actuação Policial*, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 249-266.

Fernandes, Bruno (2012), *Violência Doméstica – O Papel da Polícia de Segurança Pública Face à Vitimação de Menores*, trabalho final de Mestrado em Ciências Policiais.

Gonçalves, Nuno (2007), *O Serviço Prestado Pela PSP às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal*, trabalho final de Licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPSI.

Gonçalves, Rui Abrunhosa, *Agressores Conjugais: investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal*, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal* n.º 4, Coimbra Editora, 2004, pp. 541-558.

Guiddens, Anhtony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, traduzido do original inglês intitulado *Sociology*, 4.^a Edição (2001), publicado pela Polity Press em associação com a Blackwell Publishers Ltd.

Guinote, Hugo, PIPP – *Uma realidade?*, in *Boletim do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*, Outubro/Novembro 2008, Lisboa, 2008, pp. 16-19.

Manita, Celina (2005), *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal – Estudo Preliminar de Caracterização*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Manita, Celina, Catarina Ribeiro, Carlos Peixoto (2009), *Violência Doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais das forças de segurança*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Presidência do Conselho de Ministros.

Marques, Frederico Moyano, “Justiça Restaurativa”, in Ana Isabel Sani (Coord.), *Temas de Vitimologia – Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 269-292.

Moura, José Souto de, “A nova violência na sociedade. A questão da família hoje.” In Luís Miguel Larcher (Coord.), *A Violência Sobre Crianças*, Lisboa, arcádia, 2012, pp. 19-46.

Oliveira, José Ferreira (2006), *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento – A emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra, Almedina.

Pais, Elza (2010), *Homicídio Conjugal em Portugal – Rupturas Violentas da Conjugalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Rocha, Hugo (2011), *Violência Doméstica – A Actuação da Polícia de Segurança Pública na Prevenção da Revitimação*, trabalho final de Mestrado em Ciências Policiais.

Rodrigues, Liliana, João Manuel de Oliveira, Conceição Nogueira, “A resposta institucional à violência entre casais LGB: Um estudo exploratório”, in Ana Isabel Sani (Coord.), *Temas de Vitimologia – Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 85-100.

Sani, Ana, Telma Almeida, “Violência interparental: A vitimação indirecta de crianças”, in Ana Isabel Sani (Coord.), *Temas de Vitimologia – Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 11-32.

Sani, Ana, Telma Almeida, “Casas de abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica”, in Ana Isabel Sani (Coord.), *Temas de Vitimologia – Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 293-306.

Santo, Paula Espírito (2010), *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Sílabo

Silva, Florbela, “Novos rumos do direito da família. As separações e os divórcios e as responsabilidades parentais” In Luís Miguel Larcher (Coord.), *A Violência Sobre Crianças*, Lisboa, arcádia, 2012, pp. 225-234.

Legislação e Relatórios Técnicos Consultados

Constituição da República Portuguesa

Código Penal

Directiva Estratégica 10/2006, de 15 de Maio de 2006 (Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP)

Directiva Operacional 23/2005, de 28 de Dezembro Auto de Notícia Padronizado e Formulário Avaliação do Risco para Ocorrências de Violência Doméstica)

Manual Alcipe, *Para o Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*, 2.^a Ed. Revista e Actualizada (APAV, 2010), acedido em http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/ManualAlcipe.pdf (acedido a 15 de Janeiro de 2013).

Relatório Anual da Violência Doméstica – Análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança durante o ano de 2009, acedido em http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/RelatorioVD2009_v13_Abril_2010_vf.pdf (acedido a 21 Janeiro de 2013).

Relatório Anual de Segurança Interna 2011 (RASI), acedido em http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relatorio_anual_seguranca_interna.pdf (acedido a 12 de Fevereiro de 2013).

Violência Doméstica – 2011. Relatório anual de monitorização. Ocorrências participadas às Forças de Segurança; Estruturas Especializadas – FS; Atribuição do estatuto de vítima e decisões finais em processo crime, acedido em http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Relatorio%20VD%202011_%20Participacoes%20as%20FS.pdf (acedido a 12 de Fevereiro de 2013).

IV Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (2011-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, acedido em http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/IV_PNVD_2011_2013.pdf (acedido a 18 de Fevereiro de 2013).

Sítios da Internet Visitados

www.apav.pt (Consultado entre Dezembro e Fevereiro)

www.apmj.pt (Consultado entre Janeiro e Fevereiro)

www.cig.gov.pt (Consultado entre Janeiro e Fevereiro)

www.dgai.mai.gov.pt (Consultado entre Janeiro e Fevereiro)

www.psp.pt (Consultado entre Novembro e Março)

ANEXOS

Anexo 1 – Guião de entrevista a elementos policiais graduados de serviço/equipas de proximidade e apoio à vítima, que exercem funções na 30.^a Esquadra da 4.^a Divisão do COMETLIS da PSP.

N.º da Entrevista:

Data:

Idade:

Função Actual:

Tempo de serviço na PSP:

Posto:

Experiência Profissional

1 – Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na Polícia?

2 – Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

Percepção do Fenómeno Criminal

3 – Qual a sua percepção relativamente à frequência do crime de Violência Doméstica?

4 – Na sua opinião a prevenção do crime de Violência Doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

Actuação Policial

5 – Quando se depara com situações de Violência Doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

6 – Já efectuou alguma detenção pela prática de crime de Violência Doméstica?

7 – Tem conhecimento que alguma autoridade de polícia criminal tenha ordenado a detenção do agressor fora de flagrante delito?

8 – Quais os procedimentos a adoptar quando uma vítima se desloca à esquadra e afirma que foi vítima de violência doméstica?

9 – O que pensa acerca de ser sempre o mesmo elemento policial a efectuar a reavaliação da vítima de Violência Doméstica?

10 – O que pensa sobre os prazos estabelecidos para a reavaliação do nível de risco? São aplicados?

11 – É efectuado algum tipo de intervenção policial junto do agressor? O que se faz?

12 – O que pensa sobre o agressor ser ouvido nos casos de Violência Doméstica?

13 – O que pensa do “papel” desempenhado pelas EPAV’s no combate ao crime de violência doméstica?

Actuação policial pós-vitimação

14 – Considera que as EPAV’s efectuem o serviço que lhes está definido?

15 – Qual o papel a desempenhar pelas EPAV’s em relação ao crime de violência doméstica?

Considerações Finais

16 – Na sua opinião, após a aplicação do questionário de avaliação de risco parece-lhe que a cotação sugerida corresponde à gravidade do caso?

17 – Na sua opinião, as medidas estabelecidas pela avaliação de risco, evitam que o agressor volte a agredir a vítima?

18 – Tem a percepção se a vítima é novamente agredida após a denúncia?

19 – Quer fazer algum comentário que ainda não tenha feito?

Anexo 2 – Entrevista 1

Data: 15 de Abril de 2013

Idade: 44 anos

Função Actual: Elemento das EPAV's

Tempo de serviço na PSP: 21 anos

Posto: Agente Principal

Experiência Profissional

1 – Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na Polícia?

Patrulhamento apeado. Brigada à civil da 4ª Divisão, Arvorado do carro patrulha/Graduado de Serviço, Brigadas à civil da 30ª Esquadra e actualmente estou integrado no MIPP.

1 – Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

Bem, actualmente as funções que desempenho são basicamente as do serviço inerente à função de patrulheiro.

Percepção do Fenómeno Criminal

3 – Qual a sua percepção relativamente à frequência do crime de Violência Doméstica?

A percepção que tenho é que é um crime cada vez mais frequente.

4 – Na sua opinião a prevenção do crime de Violência Doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

Sim, obviamente, porque cada vez há mais crimes relacionados com a Violência Doméstica.

Actuação Policial

5 – Quando se depara com situações de Violência Doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

Quando me deparo com situações de violência doméstica procuro saber se existem menores envolvidos e algum tipo de armas que o agressor possa ter na sua posse, quanto às dificuldades, muitas vezes é a falta de meios para efectuar o serviço, e a comunicação com as entidades envolvidas.

6 – Já efectuou alguma detenção pela prática de crime de Violência Doméstica?

Sim, mas em 21 anos que tenho de polícia foi realmente uma excepção, é muito difícil apanhar o agressor em flagrante delito para que se possa fazer a detenção. Ou a vítima se

desloca à esquadra para apresentar queixa ou se vamos ao local a agressão já ocorreu, já não apanhamos o agressor em flagrante.

7 – Tem conhecimento que alguma autoridade de polícia criminal tenha ordenado a detenção do agressor fora de flagrante delito?

Não.

8 – Quais os procedimentos a adoptar quando uma vítima se desloca à esquadra e afirma que foi vítima de violência doméstica?

Deslocar a vítima para um local reservado de modo a proporcionar-lhe algum conforto de modo a que a mesma se sinta segura.

9 – O que pensa acerca de ser sempre o mesmo elemento policial a efectuar a reavaliação da vítima de Violência Doméstica?

Na minha opinião não deve ser sempre o mesmo elemento a fazer a reavaliação, convém ser outro elemento para que exista outro ponto de vista, outra opinião sobre determinado caso, contudo deve de ser sempre analisada situação a situação.

10 – O que pensa sobre os prazos estabelecidos para a reavaliação do nível de risco? São aplicados?

Nem todos os prazos estabelecidos se revelam na realidade os mais correctos. Sim, os prazos são aplicados. O problema é que por vezes o elemento que faz a avaliação de risco tem de tentar perceber se os valores obtidos e os prazos que daí surgem correspondem à realidade.

11 – É efectuado algum tipo de intervenção policial junto do agressor? O que se faz?

Sim, é identificado e confrontado com os factos.

Faz-se acompanhamento ao agressor?

Não, como já disse, o agressor é apenas identificado, não se faz qualquer acompanhamento, nós no MIPP apenas temos como função fazer um acompanhamento da vítima.

12 – O que pensa sobre o agressor ser ouvido nos casos de Violência Doméstica?

Muitas das vezes ajuda a esclarecer melhor a situação, por isso o agressor deve ser ouvido.

13 – O que pensa do “papel” desempenhado pelas EPAV’s no combate ao crime de violência doméstica?

Acho que é um papel fundamental e importante, embora ache que todos os elementos devem estar preparados para enfrentar estas situações.

Actuação policial pós-vitimação

14 – Considera que as EPAV's efectuem o serviço que lhes está definido?

Sim, dentro das possibilidades.

15 – Qual o papel a desempenhar pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

Basicamente o acompanhamento à vítima.

Considerações Finais

16 – Na sua opinião, após a aplicação do questionário de avaliação de risco parece-lhe que a cotação sugerida corresponde à gravidade do caso?

Nem sempre, na minha opinião é uma situação a ser corrigida.

17 – Na sua opinião, as medidas estabelecidas pela avaliação de risco, evitam que o agressor volte a agredir a vítima?

Na minha opinião acho que sim, na maioria dos casos quando aplicadas, evita que haja novas agressões. Porém há sempre casos mais complicados, tenho conhecimento de um caso em que o filho agrediu a mãe e o tribunal decretou que ele se afastasse da mãe, no entanto a mãe quer que o filho volte para casa, assim as medidas aplicadas não funcionam obviamente.

18 – Tem a percepção se a vítima é novamente agredida após a denúncia?

Na área onde presto serviço, não tenho verificado de a vítima ser agredida após a denúncia.

19 – Quer fazer algum comentário que ainda não tenha feito?

Há um grande caminho a percorrer.

Anexo 3 – Entrevista 2

Data: 15 de Abril de 2013

Idade: 39 anos

Função Actual: Elemento das EPAV's

Tempo de serviço na PSP: 14 anos

Posto: Agente Principal

Experiência Profissional

1 – Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na Polícia?

Patrulhamento apeado, motorista do carro patrulha e actualmente integrada no MIPP.

1 – Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

Todo o serviço inerente à função de patrulheiro, acompanhamento e encaminhamento de idosos para as entidades competentes e participação em comissões sociais de freguesia.

Percepção do Fenómeno Criminal

3 – Qual a sua percepção relativamente à frequência do crime de Violência Doméstica?

Cada vez mais frequente e com tendência a aumentar.

4 – Na sua opinião a prevenção do crime de Violência Doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

Sim, porque cada vez há mais crimes relacionados com a Violência Doméstica e na maior parte das vezes é a PSP que tem o primeiro contacto com a situação de crime de Violência Doméstica, embora haja outras entidades onde as vítimas podem recorrer. No entanto a PSP é a quem as vítimas costumam recorrer primeiro.

Actuação Policial

5 – Quando se depara com situações de Violência Doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

Ver se existem menores, filhos ou crianças envolvidas, idosos debilitados ou não, algum tipo de armas e ver a situação em que as pessoas se encontram. Quanto às dificuldades, muitas vezes falta de meios, comunicação de entidades envolvidas uma vez que se trata de uma situação muito delicada, e que, algumas vezes se torna complicado avaliarmos a situação no momento.

6 – Já efectuou alguma detenção pela prática de crime de Violência Doméstica?

Não.

7 – Tem conhecimento que alguma autoridade de polícia criminal tenha ordenado a detenção do agressor fora de flagrante delito?

Não.

8 – Quais os procedimentos a adoptar quando uma vítima se desloca à esquadra e afirma que foi vítima de violência doméstica?

Deslocar a vítima para a sala de apoio à vítima, que é um lugar mais reservado, não fica tão exposta. Tentamos proporcionar-lhe algum conforto e transmitir-lhe alguma segurança, depois é deixar a vítima falar sem a interromper, e manter uma postura digna com alguma sensibilidade.

9 – O que pensa acerca de ser sempre o mesmo elemento policial a efectuar a reavaliação da vítima de Violência Doméstica?

Na minha opinião não deve ser sempre o mesmo elemento a fazer a reavaliação, contudo deve-se ter em conta caso a caso, sendo que algumas vitimas não se sentem muito confortáveis, a falar sobre o assunto em causa e quando é o mesmo elemento por vezes a situação torna-se mais fácil para a vítima. Quanto às reavaliações nem sempre tem o seu lado positivo, pois vai fazer com que a vítima fale e se recorde de tudo o que aconteceu.

10 – O que pensa sobre os prazos estabelecidos para a reavaliação do nível de risco? São aplicados?

O elemento que faz a avaliação de risco tem de perceber se os prazos são os mais correctos consoante a gravidade do caso. Sim, claro que são aplicados.

11 – É efectuado algum tipo de intervenção policial junto do agressor? O que se faz?

É efectuado, mas não há muito que se possa fazer, simplesmente tentamos identificar o agressor e pouco mais se pode fazer.

12 – O que pensa sobre o agressor ser ouvido nos casos de Violência Doméstica?

Muitas das vezes ajuda a clarificar melhor a situação em que está envolvido.

13 – O que pensa do “papel” desempenhado pelas EPAV’s no combate ao crime de violência doméstica?

Acho que é um papel fundamental e importante, embora ache que todos os elementos devam de estar preparados para enfrentar estas situações e ter a formação de violência doméstica. De momento está a ser dada formação de violência doméstica a todos os elementos, o que me parece muito positivo.

Actuação policial pós-vitimação

14 – Considera que as EPAV's efectuem o serviço que lhes está definido?

Sim, dentro das possibilidades.

15 – Qual o papel a desempenhar pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

O acompanhamento à vítima.

Considerações Finais

16 – Na sua opinião, após a aplicação do questionário de avaliação de risco parece-lhe que a cotação sugerida corresponde à gravidade do caso?

Nem sempre, é uma situação a ser corrigida.

17 – Na sua opinião, as medidas estabelecidas pela avaliação de risco, evitam que o agressor volte a agredir a vítima?

Na minha opinião acho que sim, na maioria dos casos quando aplicadas, evita que haja novas agressões.

18 – Tem a percepção se a vítima é novamente agredida após a denúncia?

Na área onde presto serviço, não tenho verificado em que a vítima tenha voltado a ser agredida após a denúncia.

19 – Quer fazer algum comentário que ainda não tenha feito?

A violência doméstica é uma situação muito delicada e complicada e tem de se ter muita cautela quando estamos perante um crime de violência doméstica, um longo caminho de dúvidas surgem sempre.

Anexo 4 – Entrevista 3

Data: 17 de Abril de 2013

Idade: 40 anos

Função Actual: Elemento das EPAV's

Tempo de serviço na PSP: 17 anos.

Posto: Agente Principal.

Experiência Profissional

1 – Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na Polícia?

Patrulhamento apeado, Arvorado ao carro patrulha, Graduado de serviço, Equipas de Intervenção Rápidas, o antigo piquete, Comércio Seguro e actualmente MIPP.

2 – Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

MIPP, Modelo Integrado Policiamento Proximidade.

Percepção do Fenómeno Criminal

3 – Qual a sua percepção relativamente à frequência do crime de Violência Doméstica?

É um crime que tem vindo a ser comunicado às autoridades, embora segundo a minha opinião não signifique um aumento deste crime.

4 – Na sua opinião a prevenção do crime de Violência Doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

Sim, visto que por vezes esse crime se torna tão violento, que leva as pessoas a cometer tanto o suicídio como o homicídio. E se fosse acompanhado desde o início muitas vezes resolviam-se bastantes casos.

Actuação Policial

5 – Quando se depara com situações de Violência Doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

Verificar se existem crianças, ou pessoas dependentes dos envolvidos, visto serem os mais prejudicados no meio disto tudo, se existem armas e quais os antecedentes criminais do ofensor. Dificuldades sentidas, bem, a falta de meios.

6 – Já efectuou alguma detenção pela prática de crime de Violência Doméstica?

Não.

7 – Tem conhecimento que alguma autoridade de polícia criminal tenha ordenado a detenção do agressor fora de flagrante delito?

Não.

8 – Quais os procedimentos a adoptar quando uma vítima se desloca à esquadra e afirma que foi vítima de violência doméstica?

Colocar a vítima num local reservado para que a mesma se sinta mais a vontade, se possível numa sala de apoio à vítima.

9 – O que pensa acerca de ser sempre o mesmo elemento policial a efectuar a reavaliação da vítima de Violência Doméstica?

Se possível deve ser sempre o mesmo, para a vítima não ter de passar pelo relato da situação várias vezes, pois torna-se incómodo obrigar a relembrar por tudo aquilo que passou. Mas isso é impossível, pois não há possibilidade de o mesmo elemento estar sempre disponível, para fazer esse acompanhamento e reavaliação.

10 – O que pensa sobre os prazos estabelecidos para a reavaliação do nível de risco? São aplicados?

Nem sempre se adequam às necessidades dos casos, mas aplicamos sempre os prazos que resultam da avaliação de risco.

11 – É efectuado algum tipo de intervenção policial junto do agressor? O que se faz?

Se possível deve-se tentar afastar o agressor da vítima. Se for um caso muito grave pede-se o afastamento imediato da vítima.

Faz algum tipo de acompanhamento ao agressor?

Só faço acompanhamento da vítima, quanto ao agressor depois de ser identificado não se faz mais nada, não é alvo de qualquer acompanhamento da nossa parte.

12 – O que pensa sobre o agressor ser ouvido nos casos de Violência Doméstica?

Penso que deve ser ouvido, pois em muitos casos pode ajudar a compreender/resolver melhor a situação.

13 – O que pensa do “papel” desempenhado pelas EPAV’s no combate ao crime de violência doméstica?

Poderá ser bom, se for efectuado em melhores condições, com equipas mais direccionadas para esse efeito.

Actuação policial pós-vitimação

14 – Considera que as EPAV’s efectuem o serviço que lhes está definido?

Não pois, na maior parte do tempo o pessoal das EPAV’s está concentrado em outros tipos de policiamentos como Operações STOP, Manifestações, etc.

15 – Qual o papel a desempenhar pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

Acompanhamento dos casos.

Considerações Finais

16 – Na sua opinião, após a aplicação do questionário de avaliação de risco parece-lhe que a cotação sugerida corresponde à gravidade do caso?

Nem sempre. O elemento policial tem que utilizar os seus conhecimentos para ver caso a caso.

17 – Na sua opinião, as medidas estabelecidas pela avaliação de risco, evitam que o agressor volte a agredir a vítima?

Não, pois na maior parte das vezes as medidas aplicadas não são as mais adequadas.

18 – Tem a percepção se a vítima é novamente agredida após a denúncia?

Por vezes, há casos em que a vítima volta a ser agredida, mas verifica-se medo por parte da vítima em assumir esse facto.

19 – Quer fazer algum comentário que ainda não tenha feito?

Não.

Anexo 5 – Entrevista 4

Data: 16 de Abril de 2013

Idade: 36 anos

Função Actual: Graduado de serviço

Tempo de serviço na PSP: 13 anos

Posto: Chefe

Experiência Profissional

1 – Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na Polícia?

Patrulha apeada, Arvorado de carro Patrulha, Motorista de carro Patrulha, Patrulha motorizada Trânsito, Equipas de Intervenção Rápida, Graduado de Serviço, Supervisor Operacional.

2 – Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

Operacionais

Percepção do Fenómeno Criminal

3 – Qual a sua percepção relativamente à frequência do crime de Violência Doméstica?

Tem aumentado consideravelmente as denúncias relativas a violência doméstica.

4 – Na sua opinião a prevenção do crime de Violência Doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

Também deve ser prioridade. Trata-se de um crime que na sua generalidade é cometido no interior da residência da vítima, local este que deveria ser o mais seguro para qualquer ser humano.

Actuação Policial

5 – Quando se depara com situações de Violência Doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

Transmitir um sentimento de segurança á vítima, e tentar tranquiliza-la dizendo-lhe que está a tomar a atitude correcta, para que a sua situação seja resolvida. Até hoje não senti dificuldades. Dificuldades por vezes na sensibilização de alguns agentes para tomarem conta deste tipo de ocorrência.

6 – Já efectuou alguma detenção pela prática de crime de Violência Doméstica?

Não

7 – Tem conhecimento que alguma autoridade de polícia criminal tenha ordenado a detenção do agressor fora de flagrante delito?

Não

8 – Quais os procedimentos a adoptar quando uma vítima se desloca à esquadra e afirma que foi vítima de violência doméstica?

Tentar dar-lhe um atendimento o mais personalizado e reservado possível. Efectuar a respectiva denúncia, avaliação de risco, aplicar o estatuto da vítima, efectuar uma notificação para o INML se a vítima sofreu agressões físicas, notificação dos Artigos 75 e seguintes, efectuar um plano de Segurança, posteriormente efectua-se a segunda avaliação de risco pelas EPAV's. Esqueci-me de referir, ainda quando se dá a ocorrência, quando o elemento vai ao local ou quando a vítima se desloca à esquadra efectua-se reportagem fotográfica se necessário, entre outras diligências que se afigurem necessárias.

9 – O que pensa acerca de ser sempre o mesmo elemento policial a efectuar a reavaliação da vítima de Violência Doméstica?

Considero que seja positivo, uma vez que a vítima tende a ter mais confiança numa cara familiar, e não tem de todas as vezes que é contactada explicar toda a situação, que por vezes, para a vítima poderá ser considerado embaraçoso o facto de estar a partilhar uma situação muito íntima e pessoal.

10 – O que pensa sobre os prazos estabelecidos para a reavaliação do nível de risco? São aplicados?

São adequados e além disso quem efectua a avaliação de risco tem o poder de alterar o resultado da avaliação de risco se perceber que a situação não corresponde à realidade que o elemento conhece. Se ele souber que está perante um caso que não é muito grave, ou então que é muito grave mas o resultado for diferente pode-se alterar os valores e os prazos da reavaliação dependendo do conhecimento do elemento acerca daquele caso em particular.

11 – É efectuado algum tipo de intervenção policial junto do agressor? O que se faz?

Na maior parte das vezes apenas a sua identificação, uma vez que raras são as vezes em que este tipo de crime é presenciado.

12 – O que pensa sobre o agressor ser ouvido nos casos de Violência Doméstica?

É indispensável para a descoberta do que realmente se passou, e a motivação que o ou a levou a ter tais comportamentos.

13 – O que pensa do “papel” desempenhado pelas EPAV's no combate ao crime de violência doméstica?

Reduzido. Deveriam intervir mais directamente no processo, mesmo com a autoridade judiciária.

Actuação policial pós-vitimação

14 – Considera que as EPAV's efectuem o serviço que lhes está definido?

Na medida do possível sim, mas tenho noção de que são muitas vezes utilizadas para outros serviços, por exemplo, operações STOP, ou mesmo manifestações, como temos muitas manifestações na nossa área por causa da Assembleia da República eles são muitas vezes colocados nas manifestações.

15 – Qual o papel a desempenhar pelas EPAV's em relação ao crime de violência doméstica?

Apoiar a vítima.

Considerações Finais

16 – Na sua opinião, após a aplicação do questionário de avaliação de risco parece-lhe que a cotação sugerida corresponde à gravidade do caso?

Nas situações em que intervim, sim.

17 – Na sua opinião, as medidas estabelecidas pela avaliação de risco, evitam que o agressor volte a agredir a vítima?

Na minha opinião não evitam, em alguns casos as medidas aplicadas funcionam, porém há sempre casos mais complicados e nesses as medidas que podem ser aplicadas não evitam que o agressor volte a agredir a vítima.

18 – Tem a percepção se a vítima é novamente agredida após a denúncia?

Sim, tenho noção que em certos casos a vítima volta a ser agredida, há vítimas que denunciam o mesmo agressor mais que uma vez.

19 – Quer fazer algum comentário que ainda não tenha feito?

É uma situação delicada, em que o essencial reside na primeira abordagem pelo Agente de Autoridade, pelo que, as formações deveriam ser mais frequentes no sentido de capacitar os mesmos com ferramentas para saber enquadrar melhor a situação e dar um conhecimento mais fidedigno à Autoridade Judiciária.

Anexo 6 – Entrevista 5

Data: 16 de Abril de 2013

Idade: 37 anos

Função Actual: Graduado de serviço

Tempo de serviço na PSP: 14 anos e 6 meses

Posto: Chefe

Experiência Profissional

1 – Pode descrever-nos quais as funções que já exerceu depois de entrar na Polícia?

Já desempenhei muitas funções, patrulhamento apeado, patrulhamento auto, como arvorado e como motorista, patrulhamento em ciclo-patrolha, graduado de serviço e supervisor operacional

2 – Na generalidade, que tipo de funções desempenha?

Graduado de serviço, recebo quem se desloca à esquadra, basicamente faço o atendimento ao cidadão e ainda desempenho funções de supervisor operacional.

Percepção do Fenómeno Criminal

3 – Qual a sua percepção relativamente à frequência do crime de Violência Doméstica?

O crime de violência doméstica é um crime que nos últimos anos começou a ser denunciado por parte das vítimas mais assiduamente, no entanto devido a ser um crime que na maioria das vezes ocorre no seio familiar, existem muitas reticências à sua denúncia por parte das vítimas devido a vergonha, medo de represálias, etc.

4 – Na sua opinião a prevenção do crime de Violência Doméstica deve ser uma das prioridades da PSP? Porquê?

Acima de tudo deve ser dado conhecimento à população do que podem fazer para denunciar estas situações de forma discreta, é difícil para a vítima, existe medo da vítima que os vizinhos e familiares tenham conhecimento da situação em que vive.

Actuação Policial

5 – Quando se depara com situações de Violência Doméstica quais as principais preocupações que tem? E dificuldades que sente?

Salvaguardar a vítima e tentar identificar o agressor

6 – Já efectuou alguma detenção pela prática de crime de Violência Doméstica?

A detenção neste crime é muito difícil de acontecer, nunca fiz uma detenção por violência doméstica.

7 – Tem conhecimento que alguma autoridade de polícia criminal tenha ordenado a detenção do agressor fora de flagrante delito?

Não.

8 – Quais os procedimentos a adoptar quando uma vítima se desloca à esquadra e afirma que foi vítima de violência doméstica?

Prestar apoio médico caso necessite, prestar dentro das nossas incumbências apoio moral, podemos dizer que de alguma forma damos um ombro para apoiar a vítima.

9 – O que pensa acerca de ser sempre o mesmo elemento policial a efectuar a reavaliação da vítima de Violência Doméstica?

Acho benéfico, para não ter que estar a submeter a vítima a outra presença policial que desconhece.

10 – O que pensa sobre os prazos estabelecidos para a reavaliação do nível de risco? São aplicados?

São razoáveis. Nem sempre correspondem à realidade, mas são aplicados.

11 – É efectuado algum tipo de intervenção policial junto do agressor? O que se faz?

É confrontado com os eventos criminais e identificado.

12 – O que pensa sobre o agressor ser ouvido nos casos de Violência Doméstica?

Penso que deve ser sempre ouvido para verificar o tem a dizer, e ser confrontado com a situação.

13 – O que pensa do “papel” desempenhado pelas EPAV’s no combate ao crime de violência doméstica?

Deveriam efectuar um acompanhamento mais assíduo aos casos em investigação e casos conhecidos.

Actuação policial pós-vitimação

14 – Considera que as EPAV’s efectuem o serviço que lhes está definido?

Sim, minimamente, mas deveria ser mais completo e mais presente.

15 – Qual o papel a desempenhar pelas EPAV’s em relação ao crime de violência doméstica?

Contacto com a população da área, no sentido de sensibilizar a população.

Considerações Finais

16 – Na sua opinião, após a aplicação do questionário de avaliação de risco parece-lhe que a cotação sugerida corresponde à gravidade do caso?

Nem sempre, pois o questionário deveria ser mais detalhado.

17 – Na sua opinião, as medidas estabelecidas pela avaliação de risco, evitam que o agressor volte a agredir a vítima?

De alguma forma sim, pois tentam precisar cada situação, apesar de algumas lacunas.

18 – Tem a percepção se a vítima é novamente agredida após a denúncia?

Por vezes. Pois existem situações mais sensíveis em que a situação é recorrente.

19 – Quer fazer algum comentário que ainda não tenha feito?

Boa sorte